

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 071/2026  
Data: 29/04/2026



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
MEGATERMINAL EM SANTOS: MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS FALTA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA.....	4
PORTO DE SANTOS CONTRATARÁ EMPRESA PARA PROJETOS AMBIENTAIS.....	5
ESQUEMA BILIONÁRIO DE CORRUPÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO É DESARTICULADO.....	6
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>7</b>
ACORDO MERCOSUL-UE ABRE MERCADO PARA EXPORTADORES DO NE NA EUROPA.....	7
EMPRESA DE ALAGOAS EXPORTA ALGORITMO DE LOGÍSTICA DE FROTAS PARA TRÊS PAÍSES.....	9
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>11</b>
COMUNICADO - NOVOS LINKS DE ACESSO AOS SISTEMAS DA ANTAQ.....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>11</b>
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS CONCLUI PROJETO INÉDITO SOBRE RISCO DA FAUNA NA AVIAÇÃO BRASILEIRA.....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>13</b>
NO RIO GRANDE DO SUL, MINISTRO DOS TRANSPORTES ENTREGA OBRAS NA BR-116 E DUPLICAÇÃO NA BR-290.....	13
GOVERNO DO BRASIL SUSPENDE MAIS DE 3 MILHÕES DE MULTAS DO FREE FLOW E DÁ A MOTORISTAS 200 DIAS PARA PAGAR TARIFAS VENCIDAS.....	14
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>15</b>
EDITORIAL – FERROVIAS NO BRASIL: O DESAFIO DE SE TER UMA VISÃO SISTÊMICA.....	15
OPINIÃO – ARTIGOS - HACKER OU INSIDER? O RISCO INTERNO PROVOCADO POR COLABORADORES.....	16
BRASIL EXPORT - PLANEJAMENTO E SEGURANÇA REGULATÓRIA SÃO DESAFIOS PARA MODAL FERROVIÁRIO.....	18
BRASIL EXPORT - DHN É HOMENAGEADA POR 150 ANOS DE ATUAÇÃO NA NAVEGAÇÃO BRASILEIRA.....	18
BRASIL EXPORT - PARCERIA ENTRE BRASIL EXPORT E CÂMARA DO DIREITO MARÍTIMO É OFICIALIZADA.....	19
BRASIL EXPORT - RJ CRIA PRIMEIRO CENTRO DE EXCELÊNCIA EM FERTILIZANTES DA AMÉRICA LATINA.....	20
BRASIL EXPORT - “RIO É A CAPITAL DA ENERGIA”, AFIRMA EX-PRESIDENTE DE FURNAS.....	20
TRANSPORTES – PORTOS - OPERAÇÃO EXPÕE ESQUEMA BILIONÁRIO DE CORRUPÇÃO NO PORTO DO RIO.....	21
BRASIL EXPORT - GOVERNO SUSPENDE 3,4 MILHÕES DE MULTAS DE PEDÁGIO ELETRÔNICO POR 200 DIAS.....	23
TRANSPORTES – RODOVIAS - JUSTIÇA AUTORIZA RETOMADA DE LICITAÇÕES NA BR-319 APÓS SUSPENSÃO.....	24
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - CADE INVESTIGA GOL E LATAM POR SUSPEITA DE CARTEL EM PASSAGENS AÉREAS.....	26
TRANSPORTES – AVIAÇÃO - DELTA E LATAM FIRMAM PARCERIA DE LONGO PRAZO PARA MANUTENÇÃO DE AERONAVES.....	27
PETRÓLEO E GÁS - EMIRADOS ÁRABES DEIXAM OPEP E OPEP+ EM MEIO A TENSÕES NO MERCADO DE PETRÓLEO.....	28
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS PROJETA PETRÓLEO A US\$ 70 E SE PREPARA PARA CENÁRIO DE BAIXA.....	29
ESG - OPINIÃO - DA LINEARIDADE AO ROMBO ECONÔMICO: O QUE ESTÁ POR TRÁS DE 25,4 TRILHÕES DE EUROS PERDIDOS..	29
COMÉRCIO EXTERIOR - LULA ASSINA DECRETO DO ACORDO UE-MERCOSUL.....	31
COMÉRCIO EXTERIOR - MAIS DE 5 MIL PRODUTOS BRASILEIROS TERÃO TARIFA ZERO.....	32
POLÍTICA – CONDENADOS POR VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER TERÃO CADASTRO NACIONAL.....	33
NACIONAL - HUB – CURTAS - PF INVESTIGA ENTRADA DE BAGAGENS SEM FISCALIZAÇÃO EM VOO COM HUGO MOTTA E CIRO NOGUEIRA.....	34
<i>Motta, Nogueira e o voo de São Martinho</i> .....	34
<i>As bagagens</i> .....	34
<i>Investigação</i> .....	34
<i>Respostas e pedidos</i> .....	34
POLÍTICA - RELATOR QUER SUSPENSÃO DE QUEM FEZ ‘MOTIM’.....	34
POLÍTICA – MARCEL VAN HATTEM TAMBÉM É ALVO DE DENÚNCIA DA PGR.....	35
POLÍTICA - PARTIDOS ACIONAM JUSTIÇA CONTRA PERFIL DE IA.....	36
POLÍTICA – DEPUTADO VIRA RÉU POR INJÚRIA CONTRA LULA.....	37
FINANÇAS - NOVO DESENROLA PERMITIRÁ USO DO FGTS.....	38
FINANÇAS - MINISTRO DIZ QUE HAVERÁ APOORTE SUFICIENTE NO FGO.....	39
FINANÇAS - PRÉVIA DA INFLAÇÃO DE ABRIL SOBE PARA 0,89%.....	39
FINANÇAS - DÓLAR FECHA ESTÁVEL, ABAIXO DE R\$ 5,00.....	40
COMUNICAÇÃO E MARKETING - OPINIÃO - EMOÇÃO, PERFORMANCE & TOMADA DE DECISÃO: O QUE A LIDERANÇA REVELA QUANDO A PRESSÃO SOBE.....	41
JUSTIÇA - EX-PRESIDENTE DO BRB QUER NEGOCIAR DELAÇÃO.....	43
JUSTIÇA - SP TERÁ DE INDENIZAR FOTÓGRAFO QUE FICOU CEGO APÓS AÇÃO DA PM.....	44



JUSTIÇA - STF JULGARÁ JAIR BOLSONARO DE NOVO .....	44
JUSTIÇA - MALAFAIA VIRA RÉU POR FALAS CONTRA GENERAIS.....	45
JUSTIÇA - POLÍTICOS 'SEM VOTOS' USAM STF COMO ESCADA, DIZ MORAES.....	46
JUSTIÇA - DINO AVISA QUE SUPREMO CONTINUARÁ DE OLHO EM EMENDAS .....	47
INTERNACIONAL - Nos EUA, REI CHARLES III DEFENDE A OTAN .....	48
INTERNACIONAL - PASSAPORTE COMEMORATIVO TERÁ O ROSTO DE TRUMP .....	49
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>49</b>
GOVERNO LANÇA PLANO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PROJETA FATIA DE 81% PARA FONTES RENOVÁVEIS EM 2055 .....	49
TK ELEVATOR, ANTIGA THYSSENKRUPP ELEVADORES, É VENDIDA POR US\$ 34,4 BI À FINLANDESA KONE.....	51
GOVERNO AMPLIA EM R\$ 5 BILHÕES CRÉDITO A EXPORTADORES AFETADOS POR TARIFAS DOS EUA E GUERRA NO ORIENTE MÉDIO.....	52
GOVERNO TEM DÉFICIT DE R\$ 73,7 BI EM MARÇO, MAIOR DA HISTÓRIA PARA O MÊS, DIZ TESOUREIRO .....	53
ESQUEMA DE CORRUPÇÃO BILIONÁRIO NA ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO É ALVO DE OPERAÇÃO; 17 AUDITORES FISCAIS SÃO AFASTADOS .....	53
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>55</b>
OPINIÃO - O QUE LEVA OS EUA A SER DESTINO DE MENOS DE 10% DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PELA 1ª VEZ EM 200 ANOS.....	55
STF ADIA JULGAMENTO SOBRE DESONERAÇÃO DA FOLHA PARA QUINTA-FEIRA .....	57
PF APURA CONTRABANDO EM AVIÃO DE EMPRESÁRIO E DESCOBRE PRESENÇA DE HUGO MOTTA E CIRO NOGUEIRA NO VOO .....	58
CONGRESSO DEVE DEIXAR MP QUE TAXA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO CADUCAR .....	60
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>60</b>
COM GUERRA NO ORIENTE MÉDIO, PREÇOS DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS TÊM MAIOR ALTA EM QUASE CINCO ANOS, DIZ IBGE .....	60
SENADORES PEDEM RENEGOCIAÇÃO ANTES DE PLANO SAFRA .....	61
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>62</b>
PORTOCEL RECEBE DA RECEITA FEDERAL CERTIFICAÇÃO DE OEA.....	62
CANAL DO PANAMÁ REGISTRA VALORES RECORDES EM LEILÕES DE TRÂNSITO .....	63
SAMSUNG HEAVY INDUSTRIES E ORCA AI FAZEM PARCERIA PARA ACELERAR TECNOLOGIA DE EMBARCAÇÕES AUTÔNOMAS.....	64
WILSON SONS USA DRONES PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS A BARCOS DE APOIO .....	65
DRAGAGEM DO PORTO DE NATAL TEM INÍCIO COM PREVISÃO DE R\$ 60 MILHÕES DE INVESTIMENTOS.....	65
ROYALTIES REFERENTES À PRODUÇÃO DE FEVEREIRO SOMAM R\$ 735 MILHÕES PARA CONTRATOS DE CONCESSÃO E CESSÃO ONEROSA .....	66
GOVERNO BRASILEIRO PROMULGA ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-UE .....	66
ESTALEIROS ACOMPANHAM DE PERTO REGULAMENTAÇÃO DO RENAVAL .....	67
ACORDO VAI ISENTAR EM MAIS DE 80% TARIFAS DE PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL PARA BLOCO EUROPEU, DIZ CNI.....	68
PROJETO DE TERMINAL DE CRUZEIROS DE ITAJAÍ É APRESENTADO NOS EUA.....	69
PORTO DE SÃO FRANCISCO REGISTROU LUCRO DE R\$ 15,3 MILHÕES EM 2025.....	70
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>70</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	70



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### MEGATERMINAL EM SANTOS: MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS FALTA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA

Andamento do leilão é envolto em promessas não cumpridas; modelagem final também não foi divulgada

**Por Ted Sartori 29 de abril de 2026 às 10:16**



***Representantes do setor portuário pedem agilidade no processo do Tecon Santos 10 e reclamam do tempo perdido na discussão da modelagem (Alexander Ferraz/AT)***

Nenhum integrante do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) compareceu à audiência pública sobre o Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no Porto de Santos, realizada nesta terça-feira (28) pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, em Brasília.

A ausência foi lamentada pela deputada federal Rosana Valle (PL), que solicitou o encontro em conjunto com o deputado Hugo Leal (PSD-RJ). Ela disse que o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, foi convidado.

“O assunto está parado e seria necessário que estivesse aqui para maiores esclarecimentos e gerarmos um desfecho. Mas temos um convite ao ministro para participar de uma reunião e com certeza essas questões serão esclarecidas”, afirma a deputada. A reunião será no dia 20 de maio e foi marcada pela mesma Comissão.

A ausência do ministro ganhou ainda mais corpo porque um fato novo aconteceu na semana passada: a suspensão temporária da licitação do megaterminal. O ofício, emitido em caráter de urgência, foi assinado pelo secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, e enviado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias. Também foi pedida à Agência a devolução dos autos do processo, medida considerada um ato administrativo padrão.

O motivo, segundo o documento, é que encontram-se em discussão no MPor e na Casa Civil “novas diretrizes e parâmetros” com o objetivo de “aperfeiçoar a modelagem e melhorar o atendimento ao interesse público no serviço portuário”. A medida, segundo o texto do secretário, “permitirá a reavaliação institucional das premissas adotadas, de modo a assegurar a definição do arranjo proposto e a adequada aderência dos parâmetros do projeto aos objetivos públicos pretendidos”.

#### **Sem prazo**

A devolução do documento por parte do MPor à Antaq não tem um prazo exato previsto, segundo o secretário especial de Licitações e Concessões da Agência, Ygor Di Paula.

O representante da Antaq defendeu os termos definidos pela agência para a modelagem do leilão do Tecon Santos 10, ainda sem data para acontecer. A decisão foi pela proibição da participação de empresas que já tem ativos no Porto na primeira fase do leilão. O Tribunal de Contas da União (TCU) foi além do que a Agência definiu, incluindo armadores (donos de navios) nas restrições.

“Cerca de um terço dos aproximadamente 70 leilões que foram realizados continha algum tipo de cláusula envolvendo empresas. Não é nada novo que veio agora nessa gestão do Governo”, lembra Di

Paula. “Isso se revela mais do que uma cláusula específica pontual. Na verdade, é uma tradução da política pública bem estabelecida do setor, em defesa e no incremento da concorrência”, emenda.

### Espera

“Estamos aguardando o Poder Concedente, que é o MPor e a Casa Civil, para definir quais seriam as alterações nas diretrizes, para ser novamente analisado, mas torcendo para que esse projeto avance e traga benefícios com maior concorrência, pois ela traz eficiência e menores preços para o consumidor, incluindo o final”, afirma o secretário especial de Licitações e Concessões da Antaq.

Representantes do setor portuário pedem agilidade no processo e reclamam que muito tempo já se perdeu na discussão da modelagem. O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mario Povia, pede liberdade na disputa. “Esperamos uma nova instrução processual que corrija os rumos e veja possibilidade ampla”.

O representante da Antaq concorda com a importância e a urgência do projeto, mas volta a observar que há riscos concorrenciais considerados extremamente relevantes. “E eles têm de ser enfrentados por quem tem competência para definir o edital e as regras de participação que, neste caso, é Antaq”.

### O ativo

O Tecon Santos 10 será o maior terminal de contêineres da América do Sul. Ele ocupará 621,9 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>) no cais do Saboó (STS10). Com capacidade para 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral. A expectativa é que ele amplie em 50% a capacidade de contêineres do complexo portuário. O contrato está previsto para 25 anos, com investimentos de R\$ 6,45 bilhões.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 29/04/2026*

## PORTO DE SANTOS CONTRATARÁ EMPRESA PARA PROJETOS AMBIENTAIS

Edital foi lançado para recebimento de propostas

**Da *ATribuna.com.br* 29 de abril de 2026 às 10:13**



***Contratação envolve programas voltados à gestão dos impactos sociais gerados pela operação portuária (Foto: Alexander Ferraz/AT)***

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou, na última sexta-feira (24), o edital nº 37/2026 para recebimento de propostas para projetos socioambientais. É uma exigência estabelecida na Licença de Operação do Porto (nº 1.382/2017), emitida pelo Ibama e que tem validade de dez anos.

A contratação de empresa para a prestação desses serviços será pelo prazo de 30 meses. O recebimento das propostas vai até o dia 18 de maio, quando será feita a sessão de disputa. Ganha quem oferecer o menor preço. O valor não foi estimado. De acordo com o edital, a empresa vencedora será responsável por implementar iniciativas que envolvem educação ambiental, comunicação social e acompanhamento de atividades econômicas locais, como a pesca artesanal.

A contratação envolve a execução de programas voltados à gestão dos impactos sociais gerados pela operação portuária. Entre as atribuições previstas estão a realização de campanhas periódicas, produção de relatórios técnicos, organização de reuniões e oficinas com comunidades e o desenvolvimento de diagnósticos socioambientais participativos.

Está prevista a execução dos programas por meio de campanhas mensais, que reúnem diferentes atividades planejadas para moradores do entorno, trabalhadores e grupos diretamente afetados pelas

operações portuárias. Além disso, parte dos recursos deverá ser destinada às comunidades, com foco no custeio de insumos e equipamentos utilizados nas ações socioambientais.

### Sucata

A APS também realiza, no próximo dia 19 de maio, a partir das 10 horas, um leilão on-line de lotes de sucatas. São 24 lotes de materiais, incluindo empilhadeiras, duas motos e até uma lancha (que está na represa Billings, na Grande São Paulo). As visitas aos bens podem ser feitas entre os dias 11 e 18 de maio (exceto sábado e domingo), das 8h30 às 11h e das 14h30 às 17h, devendo ser agendadas pelo telefone (13) 3202-6565, ramais 2862 ou 2047.

**Detalhes no link.** <https://intranet.portodesantos.com.br/leilao/licitacoespdf.asp?id=5441>

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/04/2026

## ESQUEMA BILIONÁRIO DE CORRUPÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO É DESARTICULADO

Operação Mare Liberum uniu Receita, Ministério Público e Polícia Federal contra organização criminosa

**Da A Tribuna.com.br, com informações da Agência Brasil 29 de abril de 2026 às 10:11**



**Esquema bilionário funcionou entre julho de 2021 e março de 2026, envolvendo servidores que deveriam zelar pelo cumprimento da legislação ( Foto: Agência Brasil/Divulgação )**

Quase R\$ 87 bilhões em mercadorias movimentadas de forma irregular no Porto do Rio de Janeiro. Meio milhão de dólares em dinheiro vivo encontrado na casa de um despachante aduaneiro. Vinte e cinco servidores da Receita Federal entre auditores fiscais e analistas além de empresários e despachantes alvos de mandados de busca e apreensão.

Esse foi o saldo inicial da Operação Mare Liberum, deflagrada nesta terça-feira (28) no Porto do Rio de Janeiro. O saldo é inicial porque o dinheiro apreendido com os investigados ainda estava sendo contabilizado ao final da ação. Mas os investigadores falaram em milhões.

O esquema funcionava desde 2021 e foi considerado organizado. Ele era dividido em três frentes. Uma, de liberação ilegal de mercadorias e direcionamento de processos. O grupo chegava a retirar determinados processos de servidores honestos para passar para outras pessoas do esquema. A liberação ilegal envolvia a cobrança menor ou até mesmo a dispensa de multa e tributos.

Outra frente de atuação era no setor de óleo e gás, produtos e bens com valor agregado extremamente alto. A terceira frente era de relacionamento, de recebimento de propina, como detalhou o delegado da Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, Renato Regal.

“A irregularidade não estava vinculada diretamente a um tipo de mercadoria ou a algum tipo de operação. Ela estava baseada na rede de relacionamentos que foi construída entre os corrompidos e os corruptores. E essas pessoas se valiam dessas oportunidades que apareciam para cometer o ilícito”, diz ele.

Chamou a atenção da Receita o fato de servidores antigos fazerem parte do grupo. Eles foram afastados e foi preciso alocar 50 auditores da Receita de outros lugares para reforçar o trabalho no Porto do Rio nos próximos meses.



O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita (Sindifisco) diz que está acompanhando o caso, que o direito à defesa vai ser garantido e que tudo será apurado. E lembrou que as investigações foram conduzidas pelos próprios auditores, mais de cem profissionais.

### **Autoridade**

A PortosRio, que é a autoridade portuária responsável pelos portos do Rio de Janeiro, informou que não é alvo da investigação e não possui qualquer relação com os fatos apurados, que se trata de procedimentos de fiscalização aduaneira. A operação foi feita em conjunto pela Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público Federal.

### **Quase 17 mil declarações de importação irregulares**

Os números apurados evidenciam a gravidade do caso: foram identificadas quase 17 mil Declarações de Importação (DIs) potencialmente contaminadas por irregularidades, correspondendo a R\$ 86,6 bilhões em mercadorias no período de julho de 2021 a março de 2026.

O esquema funcionava a partir de um padrão reiterado de manipulação dos controles aduaneiros. Mercadorias importadas informadas nas DIs selecionadas para os canais de maior rigor (vermelho e cinza) eram desviadas e liberadas indevidamente, mesmo após a identificação de inconsistências graves entre a carga física e os dados declarados.

“A fragilização dos controles aduaneiros promovida pela organização criminosa compromete gravemente o controle das fronteiras, propicia a entrada de mercadorias proibidas, frauda a arrecadação dos impostos devidos e a segurança pública”, diz a Receita Federal.

O órgão ressalta que as investigações tiveram início a partir de mecanismos internos de controle e denúncias recebidas institucionalmente, demonstrando a capacidade de detectar e enfrentar desvios com rigor técnico e independência.

“A Operação Mare Liberum reafirma o compromisso inafastável da Receita Federal com a integridade e no combate à corrupção e com a preservação da integridade das instituições públicas. As investigações seguem em curso, e novas medidas poderão ser adotadas para a responsabilização dos envolvidos e a recuperação dos prejuízos causados ao erário”.

### **Investigação**

No total, 25 servidores da Receita Federal, entre auditores fiscais e analistas tributários, foram objeto das buscas. Eles foram afastados das funções por determinação judicial. As investigações foram conduzidas por 103 auditores fiscais e analistas tributários da própria Receita Federal, em parceria com a Polícia Federal.

A ação se estendeu até Vitória, no Espírito Santo.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 29/04/2026*



## **ME – MOVIMENTO ECONÔMICO**

### **ACORDO MERCOSUL-UE ABRE MERCADO PARA EXPORTADORES DO NE NA EUROPA**

Acordo entre Mercosul e União Europeia entra em vigor em 1º de maio e abre mercado europeu para frutas, agro e alimentos do Nordeste, que exportou US\$ 24,8 bilhões em 2025

**Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)**

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia entra em vigor nesta sexta-feira (1º de maio) com impacto direto sobre a pauta exportadora do Nordeste. Frutas frescas, castanha de caju, mel,

cera de carnaúba e produtos alimentares industrializados — segmentos com forte presença na estrutura produtiva regional — passam a operar com alíquotas de importação reduzidas ou zeradas no bloco de 450 milhões de habitantes. Segundo estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mais de 80% dos produtos brasileiros exportados à Europa terão tarifa zero já nesta fase inicial, num total de mais de 5 mil itens.



***Produtores do Nordeste e do Sudeste são apontados pela ApexBrasil como os mais beneficiados pelas cadeias de manga, melão, uva, limão e frutas processadas no acordo Mercosul-ue. Foto: Codern/Divulgação***

O tratado conecta dois dos maiores blocos econômicos do mundo e cria uma das maiores zonas de livre comércio em operação no planeta. Para o setor produtivo nordestino, a eliminação das barreiras tarifárias reduz o custo de entrada nos mercados europeus e amplia a competitividade frente a exportadores de países sem acordo equivalente com o bloco — como Peru, Chile e México, que já operam com isenção tarifária para frutas.

O Nordeste exportou US\$ 24,8 bilhões ao mercado internacional em 2025 — o maior volume em três anos, segundo dados do Data Nordeste, plataforma da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os produtos do reino vegetal lideraram a pauta, com US\$ 6,9 bilhões, seguidos por minerais (US\$ 4,6 bilhões) e produtos das indústrias alimentares (US\$ 2,1 bilhões). Na Europa, os Países Baixos concentraram o maior volume de compras da região, com US\$ 1,19 bilhão.

### **Ceará e fruticultura na linha de frente**

O estado com maior exposição direta ao acordo é o Ceará. As exportações totais cearenses somaram US\$ 2,28 bilhões em 2025, dos quais US\$ 447 milhões — 19,5% da pauta — tiveram a União Europeia como destino. O agronegócio respondeu por US\$ 150 milhões desse fluxo, equivalente a 30,3% de toda a venda agro do estado ao exterior. Segundo Amílcar Silveira, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), a meta do setor é dobrar esse volume nos próximos anos, com a União Europeia assumindo posição central na estratégia exportadora.

A pauta frutícola nordestina é a mais diretamente beneficiada pela desgravação. No conjunto das exportações brasileiras de frutas à Europa em 2025, manga, melão, limão, melancia, uva e mamão somaram US\$ 967 milhões e 949 mil toneladas embarcadas, ante US\$ 857,6 milhões e 796,6 mil toneladas em 2024 — alta de 12,8% em valor e 19,1% em volume, segundo dados do MDIC. O continente europeu foi destino de 79% das frutas brasileiras exportadas no período. Produtores do Nordeste e do Sudeste são apontados pela ApexBrasil como os mais beneficiados pelas cadeias de manga, melão, uva, limão e frutas processadas.

As tarifas atuais sobre frutas brasileiras na Europa variam entre 4% e 14%, conforme o produto e a época do ano. A desgravação ocorre em prazos escalonados: a uva passa a entrar com tarifa zero de imediato; abacate em 4 anos; limão, lima, melão e melancia em 7 anos. Estimativas da ApexBrasil projetam crescimento de 40% no faturamento da fruticultura brasileira até 2029, alcançando US\$ 1,8 bilhão.

O setor de pescados nordestinos — com destaque para camarão, peixes e lagosta — enfrenta restrição anterior ao acordo. Um bloqueio sanitário à exportação de pescados brasileiros para a União Europeia, em vigor desde 2018, ainda não foi derrubado, embora haja tratativas em andamento. Enquanto essa vedação persistir, o impacto do tratado sobre a cadeia pesqueira regional permanece suspenso na prática, independentemente da desgravação tarifária negociada.

### **Cronograma e próximas etapas do acordo Mercosul-UE**

Para itens classificados como sensíveis, a redução tarifária ocorre de forma gradual: até 10 anos no lado europeu e até 15 anos no Mercosul. Em categorias específicas ligadas a novas tecnologias, o

prazo pode chegar a 30 anos. O acordo foi promulgado pelo Congresso Nacional em março de 2026, após aprovação pelo Senado Federal.

O governo brasileiro ainda deve regulamentar a distribuição de cotas de exportação entre os países-membros do Mercosul — mecanismo necessário para definir como o volume de produtos com acesso preferencial ao mercado europeu será dividido entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A posição geográfica do Nordeste, com os portos de Pecém (CE), Suape (PE), Salvador (BA) e Natal (RN) já operando rotas internacionais, é apontada por especialistas como vantagem logística relevante para capturar os primeiros ganhos da nova fase comercial.

\*Com informações da Agência Brasil

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 29/04/2026

## EMPRESA DE ALAGOAS EXPORTA ALGORITMO DE LOGÍSTICA DE FROTAS PARA TRÊS PAÍSES

Sistema usa inteligência de dados e roteirização para otimizar frotas e reduzir desperdícios na logística no setor de distribuição

Por **Vanessa Siqueira** - De Alagoas [vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br](mailto:vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br)



**Empresa conta com mais de 600 técnicos credenciados no país e atende empresas de logística e outros segmentos. Foto: Vanessa Siqueira**

A gestão de frotas se tornou um dos principais desafios operacionais para empresas de diferentes setores, sobretudo em segmentos intensivos em logística, como atacado e distribuição. Em meio à pressão por redução de custos, ganho de produtividade e maior controle sobre entregas, uma empresa criada em Maceió desenvolveu tecnologia e algoritmos próprios para rastreamento, telemetria e roteirização de cargas, ganhou escala nacional e hoje já atende clientes em todo o Brasil e em três países da América do Sul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Fundada há mais de 15 anos, a ZUQ Performance monitora hoje mais de 50 mil veículos e atende mais de 1,4 mil empresas, com soluções voltadas à gestão de frota, controle de combustível, manutenção, jornada de trabalho e definição de rotas mais eficientes. O CEO e cofundador da empresa, Dirceu Ayres, contou ao Movimento Econômico que a proposta sempre foi transformar um conjunto de tarefas operacionais em inteligência aplicada ao negócio.

“A ZUQ nasceu com a ideia de transformar a logística no Brasil. A gente não olha só para o veículo rodando, mas para tudo o que impacta a operação da empresa, da frota à entrega, do combustível à jornada de trabalho”, afirmou.

Com estrutura concentrada em Maceió, a empresa desenvolveu um sistema modular que atende de veículos leves a aeronaves, permitindo adaptar a gestão de frota à realidade operacional de cada cliente.

Embora o rastreamento tenha sido a porta de entrada mais conhecida no mercado de gestão de frota, a ZUQ afirma que o sistema avançou para uma lógica mais ampla de controle operacional. Hoje, a plataforma reúne módulos voltados a diferentes frentes do negócio, incluindo telemetria, combustível, revisão, checklist, multas, documentação e jornada de trabalho.

“A ideia é que a empresa consiga ter uma visão completa da operação, e não apenas saber onde o veículo está. O nosso produto é modular. Dependendo do segmento, uma empresa vai ganhar mais com roteirização, outra com vídeo telemetria, outra com jornada ou manutenção. O sistema vai se adaptando à realidade da operação e ao tipo de custo que a empresa quer atacar”, disse.

### **Algoritmo próprio define rota e reduz custos de logística**

Entre os módulos desenvolvidos pela companhia, um dos principais é o roteirizador, que conecta o sistema da empresa às notas fiscais emitidas pelo cliente e, a partir daí, organiza a lógica de entrega com base em viabilidade financeira, ocupação do veículo e melhor trajeto.

“O sistema recebe as notas fiscais, identifica qual caminhão deve levar determinada mercadoria, se é viável financeiramente fazer aquela entrega e qual é a melhor rota para executar aquilo com o menor custo possível”, explicou Dirceu.

Segundo ele, a ferramenta trabalha com algoritmo próprio e considera não apenas o endereço da entrega, mas a combinação entre carga, capacidade do veículo, ocupação e janela de recebimento do cliente. Isso ajuda a reduzir rodagem desnecessária e a evitar retornos de mercadoria por falhas na programação da rota.

“O nosso algoritmo calcula em qual veículo o produto deve ir, se aquele caminhão já está com ocupação ideal e se a melhor rota realmente compensa financeiramente. O objetivo é fazer a operação rodar melhor e mais barata”, afirmou.

Segundo Dirceu, um dos casos mais emblemáticos acompanhados pela empresa foi o de uma operação com mais de 90 veículos pesados, entre carretas e bitrens, que conseguiu cortar mais de R\$ 1,2 milhão em gasto com combustível em um ano.



**CEO da ZUQ, Dirceu Ayres falou ao Movimento Econômico sobre desafios do setor de logística para enxugar custos. Foto: Vanessa Siqueira**

### **Atacado e distribuição lideram busca por eficiência na logística**

Embora a plataforma tenha sido desenhada para atender diferentes perfis de operação, o CEO da ZUQ afirma que alguns segmentos conseguem capturar de forma mais imediata os ganhos da tecnologia. É o caso do atacado e da distribuição, onde a eficiência logística costuma ter impacto direto sobre margem, prazo e capacidade de atendimento.

Segundo Dirceu, esse setor encontra na roteirização e na gestão integrada da frota uma forma de reduzir desperdícios e melhorar a ocupação dos veículos, além de ampliar o controle sobre janelas de entrega e custos operacionais.

“No segmento atacado distribuidor, hoje temos grande presença no Nordeste. É um setor que absorve muito bem a nossa tecnologia porque qualquer ganho de rota, combustível ou tempo de entrega faz diferença direta no resultado”, afirmou.

Ele explica que, em operações com grande volume de entregas, uma rota mal planejada ou um retorno de mercadoria pode multiplicar custos ao longo da semana.

“Muitas vezes a empresa saía com uma quantidade de entrega e voltava com quase metade da mercadoria, porque não conseguiu obedecer a janela, não conseguiu cumprir a rota ou não conseguiu planejar a ocupação do veículo. Quando isso é ajustado, o ganho aparece em várias pontas ao mesmo tempo”, disse.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 29/04/2026**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### COMUNICADO - NOVOS LINKS DE ACESSO AOS SISTEMAS DA ANTAQ



Brasília, 28/04/2026 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) informa que, em decorrência da reestruturação do seu parque computacional, os sistemas a seguir possuem novos links de acesso.

Arrecadação: <https://arrecadacao.antaq.gov.br/arrecadacao/>

SAMA: <https://sama.antaq.gov.br/sama/>

Leilão Internet: <https://leilao.antaq.gov.br/>

SDPV2: <https://sdpv2.antaq.gov.br/sdpv2/>

Fiscalização: <https://sfis.antaq.gov.br/FISCALIZACAO/>

IDA V2: <https://idav2.antaq.gov.br/idav2/>

SISAP: <https://sisapinternet.antaq.gov.br/>

Os novos links de acesso já foram atualizados nos portais oficiais da Agência, e os atalhos salvos pelos usuários em seus navegadores precisam ser refeitos.

Em caso de dificuldades de acesso, deve-se enviar e-mail para o endereço [gtgi@antaq.gov.br](mailto:gtgi@antaq.gov.br), anexando capturas de tela (prints) das mensagens de erro ou dos logs apresentados.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)

Data: 28/04/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS CONCLUI PROJETO INÉDITO SOBRE RISCO DA FAUNA NA AVIAÇÃO BRASILEIRA

Iniciativa usou DNA para identificar espécies e entrega base que vai orientar aeroportos e políticas públicas

O Ministério de Portos e Aeroportos entregou, nesta terça-feira (28), o Projeto Risco de Fauna, iniciativa que dá ao país uma base inédita para reduzir colisões entre aves e aeronaves e ampliar a segurança na aviação.

Conduzido pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do LabTrans, o projeto enfrentou um desafio histórico do setor: mais da metade das colisões registradas no Brasil não tinha a espécie identificada, o que limitava ações de prevenção e mitigação.



### **Encerramento do Projeto Risco Fauna - Foto: Matheus Damascena**

Para mudar esse cenário, a iniciativa passou a usar análise genética de DNA na identificação das espécies, especialmente nos casos em que não há vestígios suficientes para métodos convencionais. Com isso, foi possível aumentar a precisão das informações, identificar padrões migratórios das aves nos aeroportos e orientar medidas mais eficazes de mitigação.

“O Brasil passa a contar com uma base sólida, construída com ciência e cooperação, que muda a forma de enfrentar o risco de fauna na aviação. É uma entrega estruturante, que melhora a segurança agora e orienta decisões pelos próximos anos”, afirmou o secretário de Aviação Civil, Daniel Longo.

### **Mais segurança**

O manejo e prevenção de colisões afeta diretamente os custos operacionais. Cada colisão pode gerar um gasto médio de U\$ 66 mil dólares em manutenção, segundo a Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear). Em casos mais graves, os prejuízos podem chegar a U\$ 200 mil. Além das despesas, colisões com pássaros podem afetar diretamente os passageiros. Em 2025, por exemplo, cerca de 35 mil viajantes tiveram seus voos afetados por necessidade de manutenção da aeronave. Reduzir esses eventos significa aumentar a segurança e diminuir custos para o setor.

O projeto operou como uma rede nacional, com a participação de 42 aeroportos e o apoio de, pelo menos, três universidades nas análises laboratoriais, com investimento de mais de R\$ 11 milhões para custear essas análises. Todo o processo foi integrado pelo sistema SAC Fauna ID, que acompanha cada etapa, da coleta ao laudo até a publicação no monitor. Ao longo do projeto foram analisadas 584 amostras que identificaram 84 espécies de aves diferentes.

Além de identificar espécies, o projeto organiza e amplia o conhecimento sobre o risco de fauna no país. Padroniza informações, consolida dados e oferece ferramentas práticas para uso imediato pelos operadores de aeroportos e prefeituras dessas localidades.

### **Confira todos os produtos disponibilizados pelo Projeto Risco Fauna:**

<https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/#RiscoFauna>

- Boletim Informativo Mensal, que apresenta resultados das análises genéticas e ajudou a entender melhor os eventos com fauna;
- Monitor do Risco de Fauna com análises atualizadas e permite respostas rápidas a mudanças no cenário;
- Conjuntura do Risco de Fauna, que mostra tendências ao longo do tempo e avalia a efetividade das ações;
- Guia de Espécies, que reúne informações sobre comportamento, distribuição e medidas de mitigação;
- Sistema de Medidas de Mitigação, com mais de 5 mil ações para 122 espécies e 216 grupos faunísticos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 28/04/2026



## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### NO RIO GRANDE DO SUL, MINISTRO DOS TRANSPORTES ENTREGA OBRAS NA BR-116 E DUPLICAÇÃO NA BR-290

Após concentrar, em 2025, o maior volume de investimentos federais em infraestrutura de transportes, o estado segue com obras em ritmo acelerado em 2026

Nesta quarta (29) e quinta-feira (30), o ministro dos Transportes, George Santoro, estará no Rio Grande do Sul para entregar duas importantes obras com impacto direto na trafegabilidade e na segurança viária da região: melhorias no trecho Norte da BR-116/RS e a conclusão da duplicação na BR-290/RS, em Pântano Grande (RS).

Na quarta-feira (29), o ministro participa de agenda na BR-116/RS, no trecho Norte, onde serão apresentadas melhorias voltadas à ampliação da capacidade e à redução de pontos críticos entre Porto Alegre e Novo Hamburgo (RS), segmento com alto volume de tráfego, congestionamentos frequentes e elevado índice de sinistros.

Entre os serviços, estão a implantação da passarela de Scharlau e a liberação de 20 quilômetros de faixas adicionais. As ações fazem parte de um conjunto de obras já concluídas pelo Ministério dos Transportes, como as novas pontes sobre o Rio dos Sinos, o complexo viário da Scharlau e o de Esteio. No início de 2026, o Ministério inaugurou também a nova ponte sobre o Rio Camaquã, que contou com um investimento de R\$ 88,3 milhões.

Já na quinta-feira (30), será entregue a conclusão da duplicação de 14 quilômetros da BR-290/RS, em Pântano Grande (RS), que vai reduzir o tempo de viagem, melhorar a mobilidade urbana e aumentar a segurança no trânsito para cerca de 4,2 milhões de habitantes da região.

A obra integra o conjunto de investimentos do Governo do Brasil no âmbito do Novo PAC, que prevê a ampliação de 115,7 quilômetros da BR-290, além da implantação de travessias urbanas e da construção de pontes e viadutos. Ao todo, o investimento na BR-290 será de R\$ 1,4 bilhão.

#### Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura.

#### Serviço

Entrega da passarela de Scharlau e de 20 quilômetros de faixas adicionais entre Porto Alegre e Novo Hamburgo, na BR-116/RS

Data: quarta-feira, 29 de abril

Horário: 15h30

Local: Km 2 da BR-116/RS, em Porto Alegre - sob o aeromóvel, junto à estação do Trensurb do aeroporto.

Conclusão da duplicação de 14 quilômetros da BR-290/RS

Data: quinta-feira, 30 de abril

Horário: 9h30

Local: no km 207 da BR-290/RS, Pântano Grande (RS)

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 29/04/2026**

## GOVERNO DO BRASIL SUSPENDE MAIS DE 3 MILHÕES DE MULTAS DO FREE FLOW E DÁ A MOTORISTAS 200 DIAS PARA PAGAR TARIFAS VENCIDAS



Usuários que regularizarem a situação não terão de pagar multa e nem receberão pontos na carteira. Objetivo é garantir direitos dos motoristas na transição para a nova modalidade de pedágios

**Medida garante prazo para regularização de débitos e interrompe aplicação de novas multas no sistema free flow. - Foto: Michel Corvello/MT**

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) anunciou nesta terça-feira (28) a deliberação que suspende 3,4 milhões de multas de rodovias no sistema free flow. A medida concede prazo de até 200 dias para a regularização de débitos dos usuários com tarifas de pedágio e interrompe a aplicação de novas multas por infração durante o período. Já as concessionárias terão 100 dias, a partir da deliberação do Contran, para ajustarem seus sistemas e concluírem a integração de dados. O objetivo é que, com essa adequação, a cobrança esteja disponível na carteira digital de trânsito.

“Com a padronização da informação, o novo modelo representa uma virada regulatória, colocando o usuário no centro do sistema. Qualquer motorista terá as informações centralizadas na Senatran [Secretaria Nacional de Trânsito] e poderá acessar, pela CNH do Brasil, os registros de passagem e as formas de pagamento, independentemente da concessão ou do estado por onde trafegou”, afirmou o ministro dos Transportes, George Santoro, que também preside o Contran.

Pela nova regra, os usuários terão até o dia 16 de novembro deste ano para quitar os débitos sem a cobrança de multas. Quem pagar as tarifas dentro deste prazo também poderá recuperar os pontos perdidos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A suspensão da multa só será válida até essa data. A partir do dia 17 de novembro, o motorista com tarifas em aberto terá que arcar com o pedágio e a multa por atraso.

Já nos casos em que já tenha havido pagamento de multa de trânsito, o usuário poderá entrar com o pedido de ressarcimento junto ao órgão de fiscalização de cada estado responsável pela autuação, desde que efetuado o pagamento da tarifa de pedágio correspondente, dentro do prazo previsto de 200 dias. Comprovado o pagamento da tarifa de pedágio, o usuário terá direito ao ressarcimento do valor da multa, conforme disciplinado no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

“A medida anunciada hoje é uma boa notícia para os motoristas do Brasil que trafegam diariamente em rodovias com trechos com pedágios em sistema free flow. A tecnologia não pode trazer prejuízo ao cidadão: ela tem que beneficiar o usuário, facilitar a circulação, dar mais praticidade e reduzir o custo das tarifas. Essa deve ser a finalidade do sistema, e não a geração de multas em cima de tarifa de pedágio”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência do Brasil, Guilherme Boulos.

### Integração de dados

Além da ampliação do prazo de pagamento das tarifas em aberto, um dos principais avanços previstos na medida é a centralização das informações sobre passagens e débitos de pedágio eletrônico em um ambiente digital único e acessível ao cidadão, a CNH do Brasil, aplicativo do Ministério dos Transportes que já conta com mais de 70 milhões de usuários ativos. A iniciativa, que está em fase de desenvolvimento, busca resolver um dos principais desafios identificados na implantação do free flow: a dificuldade de acesso às informações necessárias para o pagamento das tarifas.

Com a integração dos sistemas das concessionárias, o usuário poderá consultar, em um só lugar, todos os registros de pedágio eletrônico do seu veículo e valores pendentes. E, também, as formas e locais de pagamento do free flow, independentemente da rodovia ou da via em que transitar, seja ela



federal, estadual ou municipal. Os dados unificados estarão disponíveis no aplicativo CNH do Brasil em até cem dias a partir da publicação da deliberação.

Até lá, a consulta pode ser feita diretamente nos canais (sites e aplicativos) disponibilizados pelas concessionárias responsáveis pelas vias. As referidas empresas são obrigadas a disponibilizar os meios adequados de comunicação para que o cidadão identifique por onde o seu veículo passou e efetue o pagamento.

### **Segurança jurídica e consolidação do modelo**

A medida foi estruturada para proteger os direitos dos usuários, dar segurança jurídica ao processo de implantação do free flow e preservar a atuação dos órgãos de fiscalização e das concessionárias. Ao final do período de transição, o sistema passará a operar integralmente conforme as regras estabelecidas, com retomada regular dos procedimentos de fiscalização e cobrança.

### **O que é o free flow?**

O free flow é uma modalidade de cobrança de tarifas em que não existem praças físicas de pedágios, apenas pórticos que registram automaticamente a passagem dos veículos pelas rodovias. Este sistema tem sido implantado em vias de todo o mundo, por ter as grandes vantagens de reduzir congestionamentos e possibilitar que os motoristas paguem apenas pelo trecho que transitam nas rodovias pedagiadas.

No Brasil, o free flow começou a ser implantado em 2023 e hoje está presente nas seguintes rodovias concedidas:

- BR-101/RJ-SP - concessionária do Sistema Rodoviário Rio-São Paulo (RioSP/Motiva);
- BR-381/MG - concessionária Nova 381 S.A;
- BR-262/MG - Way-262 – concessionária da Rodovia BR-262/MG S.A.;
- BR-116/SP-RJ - concessionária do Sistema Rodoviário Rio-São Paulo (RioSP);
- BR-364/RO - concessionária Nova 364;
- BR-277/PR - concessionária EPR Iguaçu;
- BR-369/PR - concessionária EPR Paraná;
- SP-099 (Contorno Sul da Tamoios) - concessionária Tamoios;
- SP-333 - concessionária Ecovias Noroeste Paulista;
- SP-326 - concessionária Ecovias Noroeste Paulista;
- MG-459 - concessionária EPR Sul de Minas.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 29/04/2026*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

### **EDITORIAL – FERROVIAS NO BRASIL: O DESAFIO DE SE TER UMA VISÃO SISTÊMICA**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O debate sobre transporte ferroviário promovido no segundo dia do fórum Rio de Janeiro Export 2026, nessa terça-feira, dia 28, ataca uma miopia histórica da infraestrutura nacional: a tendência de projetar ferrovias como linhas isoladas em um mapa, e não como engrenagens de um sistema vivo. E fica evidente que a crise enfrentada por esse modal no País não é apenas de engenharia ou de falta de dormentes, mas de planejamento integrado. O Brasil de 2026 precisa compreender que o sucesso de um terminal não se mede pela chegada do trem ao porto, mas pela fluidez com que a carga sai do vagão e alcança o porão do navio. Sem essa conexão “ponta a ponta”, o mercado continuará reféns de projetos que nascem economicamente frágeis.

Nesse cenário, a importância estratégica de diversificar as cargas ferroviárias é o que garantirá a saúde financeira das concessões. Historicamente, o trilho brasileiro foi escravo do minério de ferro,

mas a viabilidade dos novos projetos depende da capacidade de atrair produtos manufaturados, grãos e cargas containerizadas. Ao ampliar o leque de setores produtivos que utilizam a via, cria-se a massa crítica necessária para estabilizar as ferrovias existentes e atrair capital para novas expansões. O planejamento deve, portanto, preceder o traçado; a rede deve ser pensada antes da linha.

A segurança do investidor, ponto central do debate ocorrido no fórum, repousa sobre o tripé da regulação, da segurança jurídica e do retorno econômico. O novo marco regulatório ferroviário em discussão no Senado e instrumentos como o uso de recursos de outorgas para financiar obras são passos na direção correta para reduzir o risco de descontinuidade. Entretanto, a regulação precisa ser “bem feita” para responder à pergunta fundamental de quem aporta bilhões: “Eu terei a segurança desse dinheiro?”.

O recado deixado no Rio de Janeiro Export é de que o Brasil não pode mais depender exclusivamente do caminhão, sob pena de estrangular sua competitividade global. A integração logística exige que a indústria consiga chegar à ferrovia e que a ferrovia converse perfeitamente com o porto. Se o projeto não contempla o acesso rodoviário na origem e a eficiência do transbordo no destino, ele é apenas um investimento incompleto. O futuro da logística do Rio de Janeiro e do Brasil depende dessa visão sistêmica, onde o trem deixa de ser um fim em si mesmo para se tornar o meio de uma economia verdadeiramente integrada.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/04/2026

## OPINIÃO – ARTIGOS - HACKER OU INSIDER? O RISCO INTERNO PROVOCADO POR COLABORADORES



### **ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO**

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA).  
opinio@portalbenews.com.br

Nos últimos anos, tornou-se comum associar vazamentos de dados a ataques cibernéticos sofisticados, conduzidos por agentes externos altamente especializados. Essa narrativa, embora ainda relevante, obscurece um risco cada vez mais presente e, em muitos casos, mais provável nas organizações: o vazamento que começa de dentro.

Não são raras as situações em que colaboradores, no exercício de suas funções, transferem bases de dados corporativas para terceiros, utilizam e-mails pessoais para encaminhar informações sensíveis ou encaminham documentos sigilosos para o destinatário errado. Em muitos casos, essas condutas não decorrem de má-fé, mas de desconhecimento, descuido ou pressão por agilidade. Ainda assim, seus efeitos podem ser significativos para a empresa e até mesmo para o próprio empregado.

O problema ganha contornos mais sensíveis quando essas bases incluem dados pessoais de clientes, fornecedores ou parceiros comerciais. Nessas hipóteses, a transferência indevida pode configurar violação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente quando realizada sem uma base legal válida ou fora das finalidades previamente informadas ao titular. O que, à primeira vista, poderia parecer apenas um desvio interno, pode rapidamente se transformar em um incidente de segurança com repercussões jurídicas relevantes.

Do ponto de vista das relações de trabalho, a depender da gravidade e das circunstâncias, a conduta pode ensejar a rescisão por justa causa, sobretudo quando caracterizada quebra de confiança ou violação de deveres de confidencialidade. No entanto, limitar a análise a esse aspecto é tentar reduzir a relevância de uma problemática estrutural a uma consequência individual.

Para além da esfera trabalhista, o vazamento de dados pessoais expõe empresas a riscos regulatórios e reputacionais, incluindo a possibilidade de sanções pela Agência Nacional de Proteção de Dados, além de potenciais responsabilizações civis. Em setores como infraestrutura, logística e energia, onde



a circulação de dados (não somente pessoais, mas também estratégicos e operacionais) é intensa, os impactos podem se estender à própria continuidade dos negócios.

Há ainda uma dimensão frequentemente subestimada: a contratual. Em um ambiente empresarial cada vez mais orientado por práticas de governança e compliance, falhas na proteção de dados podem comprometer relações comerciais, especialmente em contextos B2B. Processos de vendor due diligence têm incorporado, de forma crescente, critérios relacionados à segurança da informação e à conformidade com a legislação em vigor. Um incidente interno, portanto, pode não apenas gerar sanções, mas também inviabilizar parcerias e oportunidades de negócio.

Um caso relativamente recente ilustra com clareza o potencial risco decorrente da atuação de colaboradores no tratamento de dados pessoais. O vazamento envolvendo clientes da BMW Brasil, reportado no final de 2024, expôs informações sensíveis de aproximadamente 15 mil consumidores de alto padrão, incluindo dados de compradores em Brasília. Entre os dados comprometidos estavam nome, CPF, e-mail, endereço e, em situações mais graves, informações sobre renda mensal e capacidade financeira, com a classificação de alguns titulares como multimilionários. Investigações indicaram que o acesso indevido pode ter sido viabilizado por falhas sistêmicas que teriam permitido a vendedores acesso massivo a dados de clientes fora de sua carteira. Nesse contexto, há indícios de que um colaborador teria extraído e comercializado tais informações para terceiros (como corretores de imóveis), inclusive realizando segmentação por perfil econômico.

O episódio evidencia, de forma concreta, como vulnerabilidades técnicas combinadas, no caso, à má conduta de agentes internos podem resultar em incidentes de segurança, reforçando a necessidade de controles rigorosos de acesso, governança de dados e políticas de prevenção ao que se denomina como “insider threats”.

Fato é que, ainda que as circunstâncias possam variar entre vazamentos intencionais ou decorrentes de descuido e negligência, há de se reconhecer um ponto em comum: a vulnerabilidade muitas vezes reside menos na tecnologia e mais na forma como as pessoas interagem com ela.

Esse cenário revela uma mudança importante na forma como o tema deve ser tratado pelas organizações. Costuma-se dizer que o fator humano é o “elo mais frágil” na cadeia da segurança cibernética. E que a segurança cibernética de uma organização é tão forte quanto seu elo mais frágil. Isso implica reconhecer que políticas internas, treinamentos contínuos e controles de acesso não são medidas acessórias, mas componentes essenciais de uma estratégia eficaz. Mais do que isso, exige o desenvolvimento de uma cultura organizacional em que o uso responsável da informação seja incorporado à rotina dos colaboradores.

Ao final, a principal lição é simples, embora frequentemente negligenciada: o maior risco para os dados de uma empresa pode não estar fora de seus sistemas, mas dentro de sua própria estrutura. Ignorar essa realidade é, em última análise, comprometer não apenas a conformidade jurídica, mas a própria sustentabilidade do negócio.

*Roberta Lopes da Cruz Antonio escreve quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras.*

**AINDA QUE AS CIRCUNSTÂNCIAS POSSAM VARIAR ENTRE VAZAMENTOS INTENCIONAIS OU DECORRENTES DE DESCUIDO E NEGLIGÊNCIA, HÁ DE SE RECONHECER UM PONTO EM COMUM: A VULNERABILIDADE MUITAS VEZES RESIDE MENOS NA TECNOLOGIA E MAIS NA FORMA COMO AS PESSOAS INTERAGEM COM ELA**

## BRASIL EXPORT - PLANEJAMENTO E SEGURANÇA REGULATÓRIA SÃO DESAFIOS PARA MODAL FERROVIÁRIO

Especialista da Firjan defende integração entre modais, fortalecimento da regulação e maturidade no planejamento para destravar investimentos no setor

Por **CÁSSIO LYRA** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



**Os desafios estruturais que ainda travam a ampliação e modernização da infraestrutura ferroviária no Brasil foram discutidos em um dos painéis do fórum Rio de Janeiro Export**

A ampliação e modernização da infraestrutura ferroviária no Brasil ainda esbarram em desafios estruturais que vão além do traçado das linhas. Para Rafael Poubel, especialista em estudos de competitividade (infraestrutura) da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), o país precisa avançar no planejamento

integrado e na criação de condições que garantam segurança aos investidores.

Poubel defende que é preciso ampliar o uso das ferrovias para diferentes setores produtivos, garantindo demanda suficiente para viabilizar econômica mente os projetos. “Quando falamos em melhorar a infraestrutura ferroviária, não só para minério, porque temos diversas cargas importantes que se poderiam utilizar, e até como uma forma de viabilizar projetos de ferrovias. Viabilizar financeiramente, ter uma demanda para estabilizar as ferrovias que nós já temos”, afirmou. O especialista destaca que um dos principais entraves está na falta de visão sistêmica e de planejamento, com foco excessivo em projetos isolados em vez de uma rede integrada de transporte.

A regulação também aparece como ponto central para destravar investimentos. Poubel mencionou a importância do novo marco regulatório em discussão no Senado, que pode trazer mais segurança jurídica e econômica, além de citar avanços recentes, como o marco das ferrovias de 2021 e novos modelos de financiamento, incluindo o uso de recursos de outorgas para viabilizar projetos.

O painel contou com as participações de Delmo Pinho, assessor da presidência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro; Marcos de Souza Vale, especialista em Atração de Investimentos da ApexBrasil; e Marcos Antônio Soares Monteiro, chefe da Divisão de Estudos Técnicos e Análise Remota da Mineração da ANM. A moderação foi do jornalista Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/04/2026

## BRASIL EXPORT - DHN É HOMENAGEADA POR 150 ANOS DE ATUAÇÃO NA NAVEGAÇÃO BRASILEIRA

Instituição reúne avanços tecnológicos e papel estratégico para o comércio exterior, enquanto busca ampliar capacidade operacional e de processamento de dados

Por **BEATRIZ DE CASTELA** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

O Fórum Rio de Janeiro Export homenageou, nesta terça-feira (28), os 150 anos da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil, em evento realizado no Rio de Janeiro. A cerimônia reuniu autoridades dos setores portuário e logístico e destacou a relevância da instituição para a segurança da navegação, o comércio exterior e o desenvolvimento da economia azul no país.



***O diretor de Hidrografia e Navegação, vice-almirante Ricardo Jacques Ferreira, foi uma das autoridades que participaram da cerimônia realizada durante o fórum Rio de Janeiro Export***

Participaram do encontro o diretor de Hidrografia e Navegação, vice-almirante Ricardo Jacques Ferreira; o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos; a presidente do Conselho do Rio de Janeiro Export, Roberta Carvalhal; e o presidente do Conselho do Nordeste Export, Aluísio Sobreira.

Criada em 1876, ainda no período imperial, a Diretoria de Hidrografia e Navegação é considerada um dos pilares da infraestrutura marítima brasileira. Sob o lema “Mares sondados, destinos conectados”, a instituição mantém cerca de 500 levantamentos hidrográficos por ano e mais de 800 auxílios à navegação.

A DHN também é responsável pela produção de 556 cartas náuticas físicas e 171 eletrônicas, com domínio do padrão internacional S-101. O avanço tecnológico tem impulsionado a atuação da diretoria, com uso de veículos autônomos e equipamentos para coleta de dados oceanográficos.

Um dos marcos recentes citados foi o reconhecimento, pela ONU, da ampliação da Margem Equatorial brasileira, ampliando o potencial econômico em áreas como exploração de óleo e gás, mineração submarina, pesca e biodiversidade.

Apesar dos avanços, a diretoria enfrenta desafios estruturais. Atualmente, a DHN conta com 1.528 militares, cinco organizações e nove navios para atender a uma costa de mais de 10 mil quilômetros. Segundo Jacques Ferreira, é necessário ampliar investimentos, especialmente na capacidade de processamento de dados.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## **BRASIL EXPORT - PARCERIA ENTRE BRASIL EXPORT E CÂMARA DO DIREITO MARÍTIMO É OFICIALIZADA**

Entidade busca reduzir morosidade da Justiça, ampliar especialização técnica e trazer disputas hoje resolvidas no exterior para o País

Por **BEATRIZ DE CASTELA** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***O Termo de Cooperação entre a Câmara de Arbitragem do Direito Marítimo, Portuário e Comércio Exterior e o Grupo Brasil Export foi firmado durante o Rio de Janeiro Export***

Durante a programação do Rio de Janeiro Export, fórum realizado pelo Grupo Brasil Export nesta terça-feira (28), foi formalizado o termo de cooperação institucional entre a Câmara de Arbitragem do Direito Marítimo, Portuário e Comércio Exterior e o Grupo Brasil Export. O acordo foi selado com a assinatura do CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, e do desembargador federal e vice-presidente do Tribunal Marítimo, Marcelo David Gonçalves. Ao apresentar a nova instituição, o desembargador destacou que a Câmara foi criada como uma resposta a um déficit histórico do sistema jurídico brasileiro, marcado pela morosidade dos processos — que podem levar de cinco a dez anos — e pela falta de especialização técnica em disputas complexas, especialmente nos setores marítimo e de óleo e gás.

A nova Câmara se apresenta como uma instituição especializada em Direito Marítimo, Portuário e Comércio Exterior, reunindo profissionais como engenheiros navais, capitães de longo curso, peritos e advogados com experiência no comércio internacional. A iniciativa também busca reduzir a necessidade de empresas brasileiras recorrerem a tribunais arbitrais no exterior, concentrando essas disputas no país com maior eficiência e menor custo.

Um dos principais diferenciais da arbitragem é a celeridade, com expectativa de resolução de litígios entre seis e dezoito meses, além de decisões com a mesma validade jurídica de sentenças judiciais. Com a inclusão de cláusulas compromissórias, empresas poderão direcionar disputas para a Câmara, contribuindo para mitigação de riscos e redução de custos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

### **BRASIL EXPORT - RJ CRIA PRIMEIRO CENTRO DE EXCELÊNCIA EM FERTILIZANTES DA AMÉRICA LATINA**

Iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado já reúne mais de 50 participantes entre academia, indústrias e startups

Por **MARIANA NEROME** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***A criação do primeiro Centro de Excelência em fertilizantes da América Latina foi discutida durante o painel “Rio de Janeiro em Foco”, dentro da programação do Rio de Janeiro Export***

O Rio de Janeiro passará a abrigar o primeiro Centro de Excelência em fertilizantes da América Latina, iniciativa coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado e que já reúne mais de 50 participantes, entre academia, indústrias e startups. A informação foi apresentada por Claudia Januzzi, coordenadora de Parcerias Estratégicas e Investimentos Internacionais da secretaria, durante o painel “Rio de Janeiro em Foco”, no Rio de Janeiro Export. Segundo ela, o projeto busca adaptar fertilizantes às condições brasileiras e reduzir a dependência de importações.

Januzzi também destacou o papel do estado em agendas estratégicas como segurança energética e alimentar, além do avanço em energia offshore, com 16 projetos eólicos em andamento e iniciativas no Porto do Açu. Na área de petróleo, afirmou que, se fosse um país, o Rio de Janeiro estaria entre os maiores produtores do mundo.

O economista Marcio Sette Fortes, ex-diretor do Brasil no BID e representante da Multiterminais, apontou distorções fiscais como entrave ao ambiente de negócios. Ele comparou o desempenho do estado com outras unidades da federação em importação de veículos e movimentação de contêineres, destacando a perda de competitividade do Rio ao longo dos anos.

Também participaram do painel a diretora da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Célia Regina Gomes, que destacou projeto de lei para atrair tradings ao estado, e a presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Rio de Janeiro, Rita Fernandes, que ressaltou a ociosidade de cerca de 40% no porto e a necessidade de equilíbrio fiscal para impulsionar o comércio exterior.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

### **BRASIL EXPORT - “RIO É A CAPITAL DA ENERGIA”, AFIRMA EX-PRESIDENTE DE FURNAS**

Estado reúne petróleo, gás, nuclear e eólica offshore, o que pode atrair data centers e projetos industriais de grande escala

Por **MARIANA NEROME** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



**Conselheiro nacional de Minas e Energia e ex-diretor-presidente de Furnas Centrais Elétricas, Luiz Carlos Ciochi falou sobre o setor de energia no estado durante o fórum**

O estado do Rio de Janeiro reúne condições únicas para se tornar destino de investimentos industriais e tecnológicos, em especial de data centers, segundo o conselheiro nacional de Minas e Energia e ex-diretor-presidente de Furnas Centrais Elétricas, Luiz Carlos Ciochi. A avaliação foi feita durante o Rio de Janeiro Export, fórum promovido pelo Grupo Brasil Export nesta terça-feira (28).

“O Rio de Janeiro é a capital da energia”, afirmou Ciochi. Na sua avaliação, o estado concentra petróleo, gás, energia nuclear, potencial eólico offshore e conexão direta com todas as regiões do Sistema Interligado Nacional, o que o coloca em posição privilegiada no mapa energético do país.

Um dos pontos mais diretos da apresentação foi a defesa da conclusão de Angra 3. Para Ciochi, a discussão se arrasta sem necessidade. “Temos que construir, temos que garantir essa energia não só para o estado do Rio de Janeiro, mas para o Brasil todo”, disse. Segundo ele, o país detém domínio completo da cadeia do urânio e conta com a experiência da Marinha do Brasil no setor.

No campo geopolítico, Ciochi apontou o que considera um erro estratégico do Brasil: não usar a matriz energética limpa como argumento de atração de investimentos estrangeiros. “Qualquer produto produzido aqui no Brasil é mais verde do que qualquer produto produzido em qualquer outro lugar do mundo”, disse. Para ele, essa vantagem comparativa existe, mas não é usada como instrumento de política externa nem de promoção comercial.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 29/04/2026

## TRANSPORTES – PORTOS - OPERAÇÃO EXPÕE ESQUEMA BILIONÁRIO DE CORRUPÇÃO NO PORTO DO RIO

Investigação aponta fraudes em cargas de R\$ 86 bilhões, envolve servidores, despachantes e indica pagamento de propinas milionárias

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



A Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal deflagraram, nesta terça-feira (28), a Operação Mare Liberum para apurar um esquema de corrupção na alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Janeiro. A ação é considerada a maior já realizada pela Corregedoria da Receita Federal e mobiliza mais de 200 policiais federais e cerca de 100 servidores do órgão.

As investigações, iniciadas em 2022 a partir de controles internos e denúncias, apontam a existência de uma associação criminosa formada por servidores públicos, despachantes aduaneiros e importadores. O grupo atuaria na facilitação de contrabando e descaminho, por meio da liberação irregular de mercadorias e manipulação de informações em processos de importação.

De acordo com a Receita, foram identificados indícios de irregularidades em quase 17 mil declarações de importação entre julho de 2021 e março de 2026, envolvendo cargas avaliadas em cerca de R\$ 86,6 bilhões. Os produtos variavam de alimentos a equipamentos do setor de óleo e gás.

Segundo os investigadores, os envolvidos adotavam práticas como ignorar inconsistências, reclassificar mercadorias para faixas tributárias menores ou até alterar a natureza dos produtos — de proibidos para permitidos — a fim de viabilizar a entrada no país sem o pagamento correto de tributos.

A apuração indica que despachantes aduaneiros atuavam como intermediários entre empresários e servidores públicos, viabilizando o pagamento de propinas, que somariam dezenas de milhões de reais. Ao todo, foram identificados 25 servidores públicos e nove despachantes supostamente envolvidos no esquema.

Entre os investigados está o auditor-fiscal Pedro Antônio Pereira Tiago, que ocupou o cargo de delegado da Alfândega da Receita no Porto do Rio entre dezembro de 2020 e novembro de 2023 e é apontado como suspeito de chefiar o esquema.

Nesta fase da operação, estão sendo cumpridos 45 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em Vitória (ES), além do afastamento cautelar de 17 auditores fiscais e oito analistas tributários. Também foram determinadas medidas de bloqueio de bens e restrições ao exercício de funções públicas.

Durante o cumprimento dos mandados, os agentes apreenderam valores em espécie em diferentes locais. Em uma das residências, foram encontrados R\$ 120 mil; em outra, R\$ 200 mil; em um terceiro imóvel, US\$ 358 mil. Na casa de uma auditora fiscal, foram localizados cerca de R\$ 2 milhões em euros e dólares escondidos dentro de um piano. Também foram apreendidas 54 garrafas de vinho com um despachante aduaneiro, avaliadas em aproximadamente R\$ 700 cada.

Os investigados poderão responder por crimes como corrupção, associação criminosa, contrabando, descaminho e lavagem de dinheiro.



**Agentes apreenderam valores em espécie em diferentes locais. Em uma das residências, foram encontrados R\$ 120 mil; em outra, R\$ 200 mil; em um terceiro imóvel, US\$ 358 mil**

A Receita Federal informou que está adotando medidas para garantir a continuidade das operações no Porto do Rio de Janeiro, incluindo o envio de 50 servidores de outros estados para reforçar o controle alfandegário. O órgão também anunciou que irá revisar as operações realizadas no período investigado e avançar na identificação das empresas que se beneficiaram do

esquema, além dos responsáveis pelo pagamento das propinas.

A PortosRio, Autoridade Portuária do estado, declarou que não é alvo da investigação e que não tem relação com os fatos apurados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/04/2026

## BRASIL EXPORT - GOVERNO SUSPENDE 3,4 MILHÕES DE MULTAS DE PEDÁGIO ELETRÔNICO POR 200 DIAS

Motoristas terão prazo para regularizar débitos e recuperar pontos na CNH; sistema free flow passará por ajustes e integração

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



**Segundo os representantes do governo federal que concederam entrevista coletiva, quem pagar as multas até 16 de novembro poderá recuperar os cinco pontos perdidos na CNH**

O governo federal anunciou a suspensão por 200 dias de 3,4 milhões de multas registradas por falta de pagamento da tarifa do pedágio eletrônico do modelo free flow (pedágio sem cancelas), que deveriam ter sido quitadas em até 30 dias após a

passagem pela rodovia.

No prazo de 200 dias, os motoristas deverão regularizar os débitos atrasados. Quem pagar as tarifas até 16 de novembro poderá recuperar os cinco pontos perdidos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Em entrevista coletiva no Ministério dos Transportes, em Brasília, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, defendeu que a suspensão temporária das multas é uma questão de justiça, pois muitos motoristas não tinham informação sobre como pagar o pedágio free flow ou sequer sabiam que estavam sendo tarifados.

Boulos afirmou que uma inovação tecnológica deve beneficiar o cidadão, não causar prejuízo.

“Ninguém em sã consciência troca uma tarifa de R\$ 5 por uma multa de quase R\$ 200. (...) As pessoas acabaram sendo multadas porque, às vezes, não sabiam que teriam que ter a tag ou não sabiam que aquilo era um pedágio.”

Durante os 200 dias, também está vetada a aplicação de novos autos de in fração pelo não pagamento de tarifas.

A partir de 17 de novembro, usuários com tarifas em aberto terão que arcar com os valores do pedágio e da multa por atraso.

As autoridades também estabeleceram prazo de 100 dias para que as empresas ajustem seus sistemas, concluam a padronização e a integração com o Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e sinalizem corretamente os pórticos de cobrança.

As concessionárias deverão garantir que o motorista saiba quando passou por um pórtico e qual o valor da tarifa, com informações disponíveis em seus canais digitais.

O secretário nacional de Trânsito, Adrualdo de Lima Catão, afirmou que o cidadão não pode ser punido se o sistema não for claro ou integrado.

“O governo está dando a solução tecnológica para essa necessidade de transparência com esse prazo de 100 dias.”



### **Cobrança na CNH Digital**

Outro anúncio é a centralização das informações sobre pedágios no aplicativo CNH do Brasil, criado pelo Ministério dos Transportes, como evolução da Carteira Digital de Trânsito (CDT).

O objetivo é permitir acesso às informações para pagamento em um único ambiente, com integração dos sistemas das concessionárias.

No aplicativo, o usuário poderá consultar registros de pedágio, valores pendentes e formas de pagamento, independentemente da rodovia ou concessionária.

O CNH do Brasil está disponível para dispositivos móveis e, segundo o ministério, tem mais de 70 milhões de usuários ativos.

O ministro dos Transportes, George Santoro, afirmou que a padronização coloca o usuário no centro do sistema.

“Qualquer motorista terá as informações centralizadas na Senatran e poderá acessar, pela CNH do Brasil, os registros de passagem e as formas de pagamento.”

Caso o motorista já tenha pago a multa e também a tarifa dentro do prazo de 200 dias, poderá solicitar ressarcimento junto ao órgão responsável pela autuação, comprovando o pagamento.

### **Multa**

Se o motorista passar por um pórtico sem TAG e não pagar em até 30 dias, a conduta é considerada infração pelo Artigo 209-A do Código de Trânsito Brasileiro, como evasão de pedágio.

A penalidade é multa de R\$ 195,23 e cinco pontos na CNH.

O sistema registra mais de 3,4 milhões de infrações por não pagamento no prazo. Cada passagem sem pagamento gera uma infração.

### **Entre os estados, destacam-se:**

- Rio Grande do Sul: 1.196.465 multas
- São Paulo: 802.842 multas
- Minas Gerais: 62.541 multas
- Mato Grosso: 269 multas

Mais de 90% dessas infrações não foram pagas.

No Brasil, o sistema opera em trechos de rodovias concedidas como BR381/MG, BR-116/SP-RJ, BR-364/RO e rodovias estaduais em São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

A tecnologia free flow utiliza pórticos com sensores, câmeras e antenas. A identificação ocorre por TAG, com débito automático, ou por leitura de placas, com pagamento posterior em canais digitais.

O sistema elimina a necessidade de parar em praças de pedágio e permite cobrança proporcional ao trecho percorrido.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 29/04/2026*

## **TRANSPORTES – RODOVIAS - JUSTIÇA AUTORIZA RETOMADA DE LICITAÇÕES NA BR-319 APÓS SUSPENSÃO**

Tribunal considera que paralisação poderia inviabilizar obras em 2026, elevar custos e manter isolamento logístico do Amazonas

**Da Redação** [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



***A decisão da desembargadora Maria do Carmo Cardoso destaca a relevância logística da BR-319 como única ligação terrestre permanente entre o Amazonas e o restante do país***

Tribunal considera que paralisação poderia inviabilizar obras em 2026, elevar custos e manter isolamento logístico do Amazonas

A presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargadora Maria do Carmo Cardoso, suspendeu na noite desta terça-feira (28) os efeitos da liminar que havia paralisado os processos de licitação do Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (Dnit) para obras na BR-319, rodovia que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO).

A decisão restabelece a tramitação de quatro pregões eletrônicos voltados à contratação de serviços de manutenção e melhoramento no chamado “trecho do meio” da rodovia, entre os quilômetros 250,7 e 656,4. O investimento estimado é de R\$ 678 milhões.

A liminar derrubada havia sido concedida no mesmo dia pela juíza Mara Elisa Andrade, da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária do Amazonas, no âmbito de uma ação civil pública movida pelo Laboratório do Observatório do Clima (LabOC). A decisão determinava a suspensão dos certames por até 70 dias e previa multa de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento.

Ao analisar o recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Dnit, a presidente do TRF1 considerou que a paralisação das licitações poderia provocar prejuízos à administração pública, à economia, à segurança e à saúde da população. A magistrada apontou risco de perda da chamada “janela hidrológica” — período de estiagem entre junho e setembro, considerado ideal para a execução das obras na região amazônica.

Segundo a decisão, a impossibilidade de realização dos serviços nesse intervalo poderia inviabilizar a execução ainda em 2026, além de gerar aumento de custos decorrente da necessidade de manutenção constante em um trecho não pavimentado e sujeito à deterioração.

Maria do Carmo Cardoso também destacou a relevância logística da BR-319 como única ligação terrestre permanente entre o Amazonas e o restante do país. De acordo com o entendimento, a interrupção das obras manteria a vulnerabilidade no transporte de pessoas, insumos e serviços essenciais, além de potencializar impactos sobre as populações que vivem ao longo da rodovia, expostas à poeira gerada pelo tráfego em estrada sem pavimentação.

Na decisão, a magistrada afirmou que os serviços previstos nos editais — como aplicação de camada selante sobre o leito da estrada — foram classificados pelo Dnit como intervenções de manutenção, sem ampliação da via ou supressão vegetal. Com base nesse enquadramento, entendeu que as obras se enquadram na regra que dispensa licenciamento ambiental, conforme previsto na Lei nº 15.190/2025.

A corte também destacou a existência de “documentação técnica robusta” que sustenta a classificação adotada pelo Dnit, ressaltando que a legislação está em vigor e possui presunção de constitucionalidade. No entendimento do TRF1, a decisão de primeira instância acabou, na prática, por realizar controle difuso de constitucionalidade em caráter preliminar, ao impor condicionantes não previstas na norma.

A AGU argumentou que a liminar representava ingerência judicial em atribuições técnicas do órgão responsável pela infraestrutura rodoviária, ao questionar o enquadramento das obras como não sujeitas a licenciamento ambiental.

A decisão do TRF1 também registra que o processo de licenciamento ambiental para a pavimentação completa da BR-319 segue em andamento no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e não foi afetado pela liberação dos pregões.

Com a suspensão da liminar, os processos licitatórios podem prosseguir normalmente até o julgamento final da ação civil pública. A União foi admitida como parte no processo ao lado do Dnit, e o Ministério Público Federal e o autor da ação terão prazo para se manifestar.

A decisão tem efeito imediato e permanece válida até o trânsito em julgado da ação.

### Danos ambientais

A controvérsia teve início com a decisão da 7ª Vara Federal, que atendeu ao pedido do Observatório do Clima ao apontar riscos de danos ambientais no “trecho do meio” da rodovia, com cerca de 350 quilômetros. A ação questiona a validade da Licença Prévia nº 672/2022, expedida pelo Ibama, e sustenta a necessidade de políticas estruturantes prévias para conter impactos socioambientais.

Na mesma decisão, determinou que o Dnit apresentasse a íntegra do processo administrativo que embasou o reenquadramento das obras como manutenção, além de detalhar as intervenções previstas e os fundamentos técnicos e legais adotados para a dispensa de licenciamento. Também fixou prazo de 15 dias para a juntada dos documentos.

O caso envolve os pregões eletrônicos nºs 90127, 90128, 90129 e 90130/2026, destinados à contratação de empresas para execução de serviços no “trecho do meio” da BR-319, com sessões públicas inicialmente previstas para os dias 29 e 30.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## TRANSPORTES - AVIAÇÃO - CADE INVESTIGA GOL E LATAM POR SUSPEITA DE CARTEL EM PASSAGENS AÉREAS

*Apuração teve origem em similaridade de preços na ponte aérea e aponta possível coordenação que pode ter limitado a competição em rotas estratégicas*

**Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)**

***Pela apuração, Latam e Gol firmaram contratos com a mesma empresa de precificação, incorrendo em potencial redução da competição efetiva entre companhias aéreas***



O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou nesta terça-feira, 28, um processo administrativo para apurar possíveis condutas anticoncorrenciais no mercado brasileiro de transporte aéreo doméstico de passageiros, envolvendo a Gol e a Latam. A investigação vai seguir examinando indícios de possível alinhamento de preços em rotas de elevada relevância comercial.

A Superintendência-Geral (SG) deu início às apurações em 2023, após representação do Ministério Público Federal junto ao Cade (MPF/Cade), que recebeu ofício da Procuradoria da República no Rio de Janeiro (MPF/RJ) comunicando “enorme similaridade” nos valores cobrados pelas empresas Gol e Latam em passagens na ponte aérea Rio de Janeiro-São Paulo (trechos SDU-CGH e CGH-SDU). Na sequência, foi instaurado inquérito administrativo, que foi prorrogado algumas vezes.



A SG identificou “indícios robustos” de infração à ordem econômica, o que levou ao entendimento de necessidade de aprofundamento da investigação, com a instauração do processo administrativo.

Na análise técnica, foi identificada coordenação algorítmica baseada na redução artificial da incerteza por meio de ferramentas que, ao processarem os mesmos dados de inventário de voos disponíveis (assentos livres por rota) e de demanda de passageiros (padrões de reservas e de ocupação), podem estabilizar equilíbrios de preços elevados que não seriam sustentáveis sob um cenário de rivalidade plena.

Segundo a apuração, Gol e Latam firmaram contratos com a mesma empresa de precificação, incorrendo em potencial redução da competição efetiva entre companhias aéreas, já que os algoritmos computacionais sofisticados são capazes de permitir ajuste instantâneo (ou quase instantâneo) de tarifas. Além disso, o mercado aéreo de passageiros é marcado pela hipertransparência de preços. “Do ponto de vista concorrencial, tais mecanismos aumentam o risco de alinhamento de estratégias comerciais”, diz o relatório.

“Em um mercado de quase duopólio, um dos resultados possíveis desses mecanismos é o atingimento e a estabilização de preços acima do nível competitivo (previsto inclusive por experimentos computacionais, conforme citado anteriormente)”, completa a equipe técnica.

Procuradas, Gol e Latam não se manifestaram.

### **Próximos passos**

Agora, as companhias aéreas serão notificadas para que apresentem defesa no prazo de 30 dias, podendo produzir provas e indicar até três testemunhas a serem ouvidas pelo Cade. A decisão final caberá ao tribunal do órgão antitruste.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 29/04/2026*

## **TRANSPORTES – AVIAÇÃO - DELTA E LATAM FIRMAM PARCERIA DE LONGO PRAZO PARA MANUTENÇÃO DE AERONAVES**

Atualizado em: 29 de abril de 2026 às 11:54

***Da Redação do Estadão Conteúdo***

Acordo aprovado pelo Cade prevê cooperação em serviços técnicos para aumentar eficiência e competitividade no setor

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, um acordo de cooperação comercial de longo prazo entre a Delta Air Lines e a Latam Brasil, voltado à prestação de serviços de manutenção, reparo e revisão de aeronaves, conhecidos no setor como MRO (maintenance, repair and overhaul). A decisão está publicada no Diário Oficial da União (DOU). O anúncio da parceria foi feito no último dia 22.

A parceria abrange exclusivamente aeronaves comerciais e contempla tanto componentes estruturais (airframe) quanto módulos de motor do tipo Line Replaceable Unit (LRU). O acordo não envolve, portanto, aeronaves militares nem outros segmentos da aviação, mantendo foco estrito na aviação comercial.

Segundo os termos da operação, o objetivo é consolidar uma colaboração contínua entre as companhias para otimizar a gestão e a eficiência desses serviços técnicos, considerados críticos para a segurança e o desempenho das frotas. As empresas classificam a iniciativa como um contrato associativo.

De acordo com os autos, “a operação representa uma oportunidade para que as partes identifiquem e desenvolvam um conjunto eficiente de capacidades que lhes permitirá otimizar eficiências

operacionais e aumentar sua competitividade na oferta de serviços de MRO para terceiros, em benefício do mercado.”

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/04/2026

## PETRÓLEO E GÁS - EMIRADOS ÁRABES DEIXAM OPEP E OPEP+ EM MEIO A TENSÕES NO MERCADO DE PETRÓLEO

Decisão entra em vigor em 1º de maio e reflete estratégia para ampliar produção e responder à demanda global

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***O anúncio ocorre em meio à instabilidade no mercado internacional de energia. Além disso, fatores como o fechamento do Estreito de Ormuz pressionaram os preços do petróleo***

Os Emirados Árabes Unidos anunciaram que deixarão a

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e o grupo ampliado Opep+. A decisão foi confirmada pelo ministro da Energia e Infraestrutura, Suhail Mohamed Al Mazrouei, e deve entrar em vigor em 1º de maio.

Segundo o ministro, a medida reflete uma mudança estratégica alinhada aos fundamentos de longo prazo do mercado. Ele também agradeceu às décadas de cooperação com os países do bloco e afirmou que o país continuará comprometido com a segurança energética global, fornecendo petróleo de forma confiável, responsável e com menor emissão de carbono.

A saída já havia sido antecipada pela Bloomberg e está ligada à intenção dos Emirados de responder com mais flexibilidade às mudanças na demanda global, incluindo um aumento gradual na produção. O próximo encontro da Opep está marcado para 3 de maio.

O anúncio ocorre em meio a um cenário de instabilidade no mercado internacional de energia. No mesmo período, fatores como o fechamento do Estreito de Ormuz pressionaram os preços do petróleo. Durante o dia, o barril do tipo Brent chegou a US\$ 111, o maior valor das últimas semanas. Tradicionalmente, a Opep atua controlando a produção para influenciar os preços da commodity.

Os Emirados Árabes Unidos integravam a Opep desde 1969, mas vinham adotando posições divergentes dentro do bloco, especialmente em relação às respostas aos ataques iranianos no início do conflito recente, o que contribuiu para a decisão de saída.

Analistas internacionais avaliam que a medida representa uma vitória política para o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que criticava a Opep por supostamente explorar outros países. Em meio ao conflito, Trump chegou a afirmar que o governo iraniano estaria próximo do colapso.

Autoridades iranianas, no entanto, contestaram essa avaliação. O porta-voz do exército, Mohammad Akraminia, afirmou que o país não considera a guerra encerrada e permanece em estado de alerta, mantendo treinamentos militares e produção de equipamentos.

Diante da escalada de tensões, a presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Annalena Baerbock, pediu um cessar-fogo definitivo e a reabertura do Estreito de Ormuz, destacando que essas medidas são importantes para reduzir a pressão sobre os preços dos combustíveis e dos alimentos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/04/2026

### PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS PROJETA PETRÓLEO A US\$ 70 E SE PREPARA PARA CENÁRIO DE BAIXA

Presidente Magda Chambriard diz que efeitos da guerra serão prolongados e reforça foco em projetos resilientes

**Do Estadão Conteúdo**



**“A gente se prepara para o preço baixo. Nossos projetos têm que ser resilientes a preço baixo. Temos que ser capazes de lidar com isso”, declarou a presidente Magda Chambriard**

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, avaliou que os efeitos da guerra iniciada em 28 de fevereiro não devem desaparecer rapidamente, mesmo que haja esforços imediatos para encerrar o conflito. A executiva destacou que a o cenário projetado pela Petrobras aponta para queda nos preços do petróleo e de seus

derivados, com o barril em torno de US\$ 70 ao final do ano.

“A gente se prepara para o preço baixo. Nossos projetos têm que ser resilientes a preço baixo. Temos que ser capazes de lidar com isso”, afirmou ela a jornalistas durante evento na cidade de Duque de Caxias, na baixada fluminense.

Ao ser questionada sobre a paridade de importação (PPI), a executiva destacou que todos os cenários em termos de preço são construídos pela Petrobras para evitar a volatilidade internacional no ambiente doméstico. “Se você me perguntar se estamos pressionados pela paridade internacional, nós não estamos pressionados pelo preço”, destacou.

Desde maio de 2023, a Petrobras abandonou o PPI e passou a praticar uma estratégia de comercialização que leva em conta o maior preço que o cliente aceita pagar e o menor preço que a Petrobras aceita receber.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

### ESG - OPINIÃO - DA LINEARIDADE AO ROMBO ECONÔMICO: O QUE ESTÁ POR TRÁS DE 25,4 TRILHÕES DE EUROS PERDIDOS



**JOÃO EDUARDO DE VILLEMOR AMARAL AYRES**

Presidente do Conselho de Sustentabilidade do Fórum Brasil Export e CEO da Sustainable Ventures Brasil/Portugal

**REBECCA ALONSO NASCIMENTO**

Secretária do Conselho de Sustentabilidade do Fórum Brasil Export e Head of Compliance, Legal and Governance da Sustainable Ventures Brasil/Portugal

[opinioao@portalbenews.com.br](mailto:opinioao@portalbenews.com.br)

O nono Global Circularity Gap Report, relatório anualmente publicado pelo centro de estudos holandês Circle Economy e principal referência global nos temas de economia circular, marca uma virada importante: pela primeira vez, a discussão sobre circularidade entra no coração da linguagem econômica, traduzida em trilhões de euros de valor jogados fora todos os anos. Desde 2018, a Circle Economy mede a taxa de circularidade global a partir de fluxos de materiais. Na edição lançada em 16 de abril de 2026, eles adicionam uma camada nova: o chamado “value gap”, uma forma de quantificar quanto valor econômico é perdido porque há muitas décadas estamos inseridos em um modelo econômico linear, que, em resumo, trabalha os conceitos de extração de matérias primas, produção e descarte de produtos e materiais.



Com base em dados de 2021, o relatório estima esse gap em 25,4 trilhões de euros – algo maior que toda a economia dos Estados Unidos, equivalente a quase um terço do PIB mundial e próximo da ideia de que, para cada 3 euros gerados, 1 euro é simplesmente desperdiçado. Mais do que disputar a centralidade do PIB, a mensagem é outra: se olharmos só para a atividade econômica medida, sem enxergar a degradação de recursos, ativos e pessoas, estamos contando a história pela metade.

Para tornar essa ideia concreta, o estudo organiza as perdas em cinco grandes caminhos. Primeiro, as perdas de processamento: matéria-prima que se perde ao longo da produção por ineficiências, defeitos e rendimentos baixos. Depois, as perdas de energia: mais da metade da energia primária se dissipa antes de virar serviço útil, em conversões ineficientes e calor desperdiçado.

O terceiro caminho vem da comida – cerca de um terço do que é produzido globalmente se perde ou é descartado antes de chegar ao prato de cada um de nós. O quarto, das perdas no fim de vida: produtos e ativos que vão embora muito antes de terem seu potencial esgotado, quando poderiam ser reutilizados, reparados, remanufaturados e reinseridos na economia. Por fim, a depreciação de capital fixo: edifícios, infraestrutura, máquinas e veículos que perdem valor por deterioração, obsolescência ou má utilização, num processo lento e silencioso de destruição de riqueza.

Durante o lançamento da edição 2026 do GCR, ficou claro que o problema não é um erro pontual, mas um desenho de sistema. Parte importante do gap vem da forma como desenhamos e gerimos produtos e materiais ao longo das cadeias: especificações pouco eficientes, baixa padronização, logística mal pensada, ausência de canais para retorno e reaproveitamento. Outra parcela nasce da obsolescência prematura – tecnológica, regulatória ou simplesmente induzida por estratégia de mercado –, que empurra ativos para a aposentadoria antes da hora. Soma-se a isso a deterioração física de ativos de longa vida, muitas vezes resultado de manutenção insuficiente e uso subótimo. E, acima de tudo, as perdas associadas a custos ambientais e sociais que não aparecem no preço de quaisquer produtos e/ou serviços: poluição, exaustão de recursos, impactos na saúde. Esses “custos invisíveis” respondem pela maior fatia do valor que estamos destruindo sem contabilizar.

Arnold Tukker sintetizou o quadro de forma bastante direta ao tratar o estudo como uma espécie de “revisão orçamentária global”: em termos simples, estamos jogando fora algo próximo de um terço do valor que produzimos todos os anos. Ao colocar um número nessa perda, o relatório passa a falar o idioma que governos, investidores e empresas conhecem: orçamento, risco, retorno.

A discussão deixa de ser apenas sobre emissões, resíduos e biodiversidade e passa a ser, também, sobre ineficiência econômica em escala sistêmica. Quando se mostra que esse volume de valor se esvai entre desperdícios, subutilização de ativos e externalidades não precificadas, a pergunta deixa de ser se faz sentido mudar (da linearidade para circularidade) e passa a ser quanto estamos dispostos a continuar perdendo.

A dimensão de oportunidade aparece com força quando se olha para o fim de vida dos produtos. A leitura apresentada é que, só na captura de valor nessa etapa – reaproveitando produtos e componentes que hoje viram resíduo – haveria espaço potencial para algo na ordem de dezenas de trilhões de euros — ao ano — em novos modelos de negócio: serviços em vez de vendas pontuais, esquemas estruturados de logística reversa, reciclagem com foco em qualidade, design modular e ciclos de feedback entre uso real e desenvolvimento de produto.

O desafio não é a falta de potencial, mas incentivos desalinhados, processos construídos para o histórico modelo linear e a necessidade de novas competências ao longo de toda a cadeia.

Na perspectiva das políticas públicas e das finanças, o relatório ressalta que fechar o “value gap” não será fruto de ajustes marginais. Linearidade está embutida em como definimos metas, criamos projetos, avaliamos investimentos, desenhamos tributos e subsídios. Por isso, a agenda proposta passa por medir melhor (para tornar visível o que hoje é perda silenciosa), redesenhar incentivos (tributos, subsídios e sinais de preço que valorizem uso eficiente de recursos e penalizem desperdício), repensar o design de produtos e serviços desde o início (e levando em conta todo o seu

período de vida útil e o após) e melhorar a qualidade das decisões ao longo das cadeias, com mais dados, transparência e coordenação entre setores e países.

Como lembrou Arno Behrens ao apresentar o quadro dos “4 Is” do Banco Mundial – instituições, incentivos, informação e investimento –, circularidade exige fundamentalmente liderança econômica e financeira, não apenas ambiental.

Para bancos, investidores e empresas, essa discussão se conecta diretamente à forma como avaliamos projetos e carteiras. Se um terço do valor da economia global está sendo corroído ano após ano por ineficiências e externalidades não precificadas, ignorar esse dado passa a ser, também, um substancial risco financeiro.

Visto por outro ângulo, o Global Circularity Gap Report 2026 abre uma agenda que vai muito além da fotografia da circularidade global: começa a montar o mapa de onde estamos perdendo valor financeiro real, concreto e metrificável e, portanto, onde estão as oportunidades mais relevantes para construir uma economia que seja, ao mesmo tempo, mais escalável, resiliente, justa e menos desperdiçadora de recursos, mudando-se o paradigma econômico de uma histórica economia linear e com todas as suas fragilidades, para uma nova ordem circular, que, acima de tudo, poderá representar relevantes ganhos financeiros para todos os agentes envolvidos.

*João Eduardo de Villemor Amaral Ayres e Rebecca Alonso Nascimento escrevem quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras.*

**SE UM TERÇO DO VALOR DA ECONOMIA GLOBAL ESTÁ SENDO CORROÍDO ANO APÓS ANO POR INEFICIÊNCIAS E EXTERNALIDADES NÃO PRECIFICADAS, IGNORAR ESSE DADO PASSA A SER, TAMBÉM, UM SUBSTANCIAL RISCO FINANCEIRO**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 29/04/2026

## COMÉRCIO EXTERIOR - LULA ASSINA DECRETO DO ACORDO UE-MERCOSUL

O pacto comercial, fechado no fim de janeiro, em Assunção, no Paraguai, começa a vigorar nesta sexta-feira, 1º de maio

**Da Agência Brasil**



**Lula disse que os dois blocos dão exemplo ao mundo com o acordo e com o exercício do multilateralismo**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (28), em cerimônia no Palácio do Planalto, o decreto que oficializa a validade do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE), que entra em vigor a partir do dia 1º de maio.

Com o tratado, o bloco sul-americano, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vai zerar tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já a UE eliminará tarifas sobre 95% dos bens vendidos pelo Mercosul em até 12 anos.

Os termos do acordo foram assinados no fim de janeiro, em Assunção, no Paraguai, entre representantes dos dois blocos, após 26 anos de negociações.

O pacto cria uma zona de livre comércio envolvendo 31 países, sendo 27 da UE e quatro do Mercosul, com uma população conjunta de 720 milhões de habitantes e cerca de US\$ 22 trilhões em Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos).



“A resposta que a União Europeia e o Brasil deram ao mundo é que não existe nada melhor do que a gente acreditar no exercício da democracia, no multilateralismo e na relação cordial entre as nações. É este exemplo que nós damos com esse acordo aqui”, afirmou Lula ao assinar o decreto.

Na mesma linha, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destacou o significado político do acordo.

“Em um mundo conturbado, com forte instabilidade geopolítica e proliferação de medidas unilaterais, inclusive na área comercial, o acordo emite claro sinal de que os dois blocos acreditam na integração econômica, no comércio como promotor do desenvolvimento e na plena compatibilidade da integração comercial com regimes multilaterais nas áreas ambiental, trabalhista e social”, afirmou.

Após longas negociações entre representantes diplomáticos, a ratificação do acordo foi concluída pelo Congresso Nacional no início de março, sendo promulgada dias depois.

Foi a última etapa para que o acordo, pelo lado brasileiro, entrasse em vigor por meio do decreto presidencial agora assinado por Lula.

Os parlamentos de Argentina, Uruguai e Paraguai, demais sócios do Mercosul, também já ratificaram o acordo.

Do lado da União Europeia, o Parlamento Europeu pediu, em janeiro, que o Tribunal de Justiça do bloco faça uma avaliação jurídica sobre o acordo, mas a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, garantiu que o bloco aplicará o tratado de forma provisória a partir de maio, mesmo com a pendência de análise judicial.

### **Outros acordos**

Na mesma cerimônia em que validou o acordo Mercosul-UE, o presidente Lula também enviou outros dois acordos comerciais para serem analisados pelo Congresso Nacional. Um deles é o acordo Mercosul-Singapura, anunciado em 2023. O país asiático é um dos principais destinos das exportações sul-americanas.

O outro acordo envolve o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), integrada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 29/04/2026*

## **COMÉRCIO EXTERIOR - MAIS DE 5 MIL PRODUTOS BRASILEIROS TERÃO TARIFA ZERO**

### ***Do Estadão Conteúdo***

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que mais de 5 mil produtos brasileiros terão tarifa zero no mercado europeu assim que o acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) entrar em vigor, na próxima sexta-feira, 1º de maio.

O montante equivale a mais de 80% das importações da União Europeia de bens do Brasil em 2025. Desses produtos, alguns já são livres de alíquotas de importação e outros 2.932 passarão a ter tarifa zero, sendo 93% (2.714) bens industriais.

Entre os 2.932 produtos que possuem tarifas e terão redução imediata, se destacam os seguintes setores: máquinas e equipamentos (21,8%), alimentos (12,5%), produtos de metal (9,1%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (8,9%) e químicos (8,1%).

A União Europeia importou US\$ 607,7 milhões do setor de máquinas e equipamentos brasileiro em 2025. Com o acordo, 95,8% desse valor entrará com tarifa zero no mercado europeu imediatamente.

Ao todo, 802 produtos do setor não estarão sujeitos a tarifas de importação na União Europeia, incluindo itens como compressores, bombas para combustíveis, lubrificantes ou líquidos de arrefecimento e árvores de transmissão.

No setor de alimentos, serão 468 produtos sem tarifa imediata, incluindo subprodutos como animais não comestíveis, óleo de milho e extratos vegetais. No setor de metalurgia, serão 494 produtos sem alíquota de importação na entrada.

“O acordo representa uma oportunidade para ampliar, de forma significativa, a presença do Brasil no mercado internacional”, conclui o presidente da CNI, Ricardo Alban.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## **POLÍTICA – CONDENADOS POR VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER TERÃO CADASTRO NACIONAL**

Conforme projeto aprovado pelo Senado, todos os dados do agressor serão compartilhados entre órgãos de segurança pública

**Do Estadão Conteúdo**



***De acordo com o projeto que passou pelo Senado, a lista reunirá condenados pelos crimes de feminicídio, estupro, assédio sexual e violência psicológica, entre outros***

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira, 28, o projeto que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher. A proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto prevê que pessoas condenadas por violência contra a mulher tenham seus nomes registrados em um banco de dados compartilhado entre órgãos de segurança pública federais e estaduais.

Informações como nome do agressor, documentos, fotos, impressões digitais e endereço ficarão disponíveis aos agentes até o fim do cumprimento da pena, ou por até três anos, caso a punição aplicada seja inferior ao período.

Somente pessoas condenadas por sentença em trânsito julgado, ou seja, sem possibilidade de recurso, poderão ter os dados incluídos no cadastro.

A lista reunirá condenados pelos crimes de Feminicídio, estupro (inclusive de vulnerável), assédio e importunação sexual, lesão corporal, perseguição, violência psicológica, violação sexual mediante fraude e registro não autorizado da intimidade sexual.

No início do mês, o presidente Lula já tinha sancionado um pacote de leis de combate à violência contra a mulher. Entre as propostas sancionadas está a determinação de que homens que cometem violência doméstica contra mulheres ou crianças deverão utilizar tornozeleira eletrônica de imediato.

O PL 2942/2024 determina a colocação imediata da tornozeleira, autoriza a aplicação da medida por delegados em cidades sem juiz e amplia os recursos públicos direcionados à compra de equipamentos para monitorar com urgência os agressores.



### Convite

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal aprovou nesta terça-feira o envio de convites ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e ao delegado Marcelo Ivo de Carvalho.

Os parlamentares querem esclarecimentos sobre o episódio em que os Estados Unidos negaram as credenciais de serviço do delegado uma semana após sua participação na prisão do ex-deputado federal Alexandre Ramagem, que está foragido. A data da audiência ainda será definida.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/04/2026

### NACIONAL - HUB – CURTAS - PF INVESTIGA ENTRADA DE BAGAGENS SEM FISCALIZAÇÃO EM VOO COM HUGO MOTTA E CIRO NOGUEIRA

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **MOTTA, NOGUEIRA E O VOO DE SÃO MARTINHO**

A Polícia Federal deflagrou uma investigação sobre possíveis crimes de prevaricação e descaminho envolvendo um auditor da Receita Federal e uma comitiva de parlamentares de alto escalão. O inquérito apura a entrada de bagagens sem fiscalização no aeroporto executivo São Paulo Catarina, em São Roque (SP), no retorno de um voo vindo da ilha caribenha de São Martinho, em abril de 2025. O caso, que envolve o presidente da Câmara, Hugo Motta, e o senador Ciro Nogueira, foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) devido à presença de autoridades com foro privilegiado.

#### **AS BAGAGENS**

Segundo o relatório da Polícia Federal, imagens do circuito de segurança mostram o piloto da aeronave particular, José Jorge de Oliveira Júnior, passando por fora do pórtico de detecção de metais com sete volumes que não foram submetidos ao raio-X. O auditor fiscal Marco Antônio Canella é investigado por permitir a passagem desses itens sem a devida inspeção aduaneira. Entre os volumes listados pela PF, estão malas, mochilas, caixas e sacolas, cujo conteúdo e propriedade ainda não puderam ser determinados categoricamente pelas autoridades.

#### **INVESTIGAÇÃO**

A aeronave utilizada na viagem pertence a Fernando Oliveira Lima, empresário conhecido como “Fernandin OIG”, operador de plataformas de apostas. Além de Motta e Nogueira, a lista de passageiros incluía os deputados Dr. Luizinho e Isnaldo Bulhões, além de Victor Linhares, ex-vereador de Teresina que já é alvo de outra operação investigando ligações entre o crime organizado e o setor de combustíveis. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal sustentam que a continuidade das investigações sob supervisão do STF é necessária para apurar se houve envolvimento direto das autoridades nas condutas ilícitas.

#### **RESPOSTAS E PEDIDOS**

Em resposta às acusações, o deputado Hugo Motta afirmou ter cumprido todos os protocolos legislativos e aduaneiros, ressaltando que aguardará a manifestação da Procuradoria-Geral da República. O proprietário da aeronave alegou que os volumes transportados eram itens pessoais e que o desembarque ocorreu dentro da normalidade. O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, já solicitou um parecer da PGR para decidir sobre a competência da Corte para processar o inquérito, que coloca sob escrutínio a fiscalização em aeroportos executivos e as relações entre parlamentares e operadores do setor de apostas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/04/2026

### POLÍTICA - RELATOR QUER SUSPENSÃO DE QUEM FEZ ‘MOTIM’

Moses Rodrigues votou para suspender mandato de três parlamentares que obstruíram trabalhos da Mesa Diretora da Câmara no ano passado

### Do Estádio Conteúdo



**Marcos Pollon (PL-MS), Marcel van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC) impediram a abertura de sessão após a prisão de Jair Bolsonaro**

O relator no Conselho de Ética da Câmara, deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE), votou pela suspensão por dois meses do mandato de três

parlamentares que invadiram a Mesa Diretora.

A medida atinge Zé Trovão (PL-SC), Marcos Pollon (PL-MS) e Marcel van Hattem (Novo-RS), por participação no motim que obstruiu os trabalhos da Casa após a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em agosto do ano passado. O parecer será votado em 5 de maio.

Os deputados são acusados de conduta incompatível com o decoro parlamentar durante protesto ocorrido em 6 de agosto de 2025, quando impediram o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), de se sentar na cadeira da Presidência no plenário. Pollon, além de participar do motim e ser o último parlamentar da oposição a deixar o local, chegou a se sentar na cadeira de Hugo Motta para impedir o início da sessão.

Em seu voto, Rodrigues afirmou que a punição busca deixar claro que “este Parlamento não tolera o cometimento de infrações dessa natureza”. Ele também argumentou que, apesar das tentativas de defesa, a conduta dos deputados “trata-se de ato material que visava impedir, e não viabilizar, o processo legislativo”.

O relator rejeitou os pedidos da defesa para arquivar a denúncia por supostos erros formais. Segundo ele, a Corregedoria já havia analisado o caso previamente e confirmado a validade da acusação ao afirmar que “a acusação foi corretamente descrita” e que a demanda está “apta a prosseguir”.

### Corregedoria

A sugestão de punições foi enviada pela Corregedoria da Câmara, chefiada pelo deputado Diego Coronel (PSD-BA), que pediu a suspensão do mandato de Van Hattem e de Trovão por 30 dias por obstruírem a cadeira da presidência da Casa.

No caso de Pollon, Coronel pediu mais 60 dias por ele ter chamado o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de “bosta” e “baixinho de um metro e sessenta”. Esse outro caso está sob a relatoria do deputado Ricardo Maia (MDB-BA).

A obstrução de bolsonaristas conduzida no plenário da Câmara durou dois dias. Para impedir os trabalhos, eles literalmente obstruíram as Mesas Diretoras, chegando ao ápice de se acorrentarem às cadeiras para impedir que fossem retirados.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

### POLÍTICA – MARCEL VAN HATTEM TAMBÉM É ALVO DE DENÚNCIA DA PGR

A Procuradoria-Geral da República (PGR) notificou nesta terça-feira, 28, o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS) sobre uma denúncia enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A acusação tem como base um discurso feito pelo parlamentar na tribuna da Câmara dos Deputados em 2024, afirmando que o delegado da Polícia Federal Fábio Schor teria “criado relatórios falsos” para manter o ex-assessor de Jair Bolsonaro (PL) Filipe Martins na prisão.

Na denúncia por injúria e calúnia, a PGR sustenta que o parlamentar teria ultrapassado os limites da crítica política ao utilizar termos considerados ofensivos contra o delegado. O órgão afirma que, no caso, teria havido “abuso” no exercício da prerrogativa da liberdade de expressão.

Em discurso na tribuna, em agosto de 2024, Hattem levantou uma foto do delegado e afirmou: “Não tenho medo de falar e repito: eu quero que as pessoas saibam, sim, quem é este dito policial federal que fez vários relatórios absolutamente fraudulentos contra pessoas inocentes, inclusive contra Felipe Martins”.

Na mesma ocasião, o parlamentar afirmou que o delegado tem “agido como bandido”. Ao final, reforçou: “Eu tenho imunidade parlamentar. Deveria até ter começado dizendo isso”.

Nesta segunda, o parlamentar invocou novamente a imunidade parlamentar para questionar a denúncia. Em nota, Hattem classificou a acusação da PGR como tentativa de “intimidação política”, afirmando que esse foi um caso de “perseguição” contra ele.

“A PGR é omissa quando há crimes em potencial envolvendo ministros do STF, mas é ativa quando o assunto é afrontar a Constituição”, escreve o parlamentar. “O artigo 53 é claro ao afirmar que parlamentares possuem imunidade por opiniões, palavras e votos. Estou sendo denunciado porque ousei apontar uma ilegalidade praticada por um delegado da Polícia Federal”, completou Marcel van Hattem.

O deputado já havia sido denunciado pela Polícia Federal na época do discurso. A corporação considera que as declarações de Hattem configuram calúnia e difamação, e que seu discurso imputou falsamente crimes ao delegado.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 29/04/2026**

## POLÍTICA - PARTIDOS ACIONAM JUSTIÇA CONTRA PERFIL DE IA

PT, PV e PCdoB pedem a suspensão de um perfil em que personagem de Inteligência Artificial ataca Lula e o STF com “inverdades”

**Do Estadão Conteúdo**



**Os partidos protocolaram representação no TSE pedindo a suspensão dos perfis “Dona Maria” no Instagram, TikTok, Facebook, YouTube, e X**

Os partidos PT, PV e PCdoB, da Federação Brasil da Esperança, protocolaram na última quarta-feira, 22, uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a suspensão e a indisponibilização dos perfis “Dona Maria” no Instagram, TikTok, Facebook, YouTube, e X.

O perfil anônimo usa uma personagem criada por Inteligência Artificial (IA), chamada Dona Maria, que viraliza nas redes sociais com vídeos atacando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, figuras da esquerda e membros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O perfil usa uma imagem realista de uma mulher negra idosa, que, segundo os partidos, é “facilmente confundida com uma pessoa real”. No primeiro vídeo foi mencionado que não se trata de alguém com identidade real, mas nas publicações seguintes não fica explícito que a Dona Maria é um personagem



criado por IA. A página ainda argumenta que apesar de usar IA em suas publicações “a verdade é prioridade” nos conteúdos.

No Instagram, o perfil já fez mais de 400 publicações e possui 751 mil seguidores. Já no Tiktok, a conta original foi derrubada, mas os vídeos da personagem ainda circulam em perfis alternativos. Uma outra conta intitulada “Dona Maria 2.0” foi aberta na rede na manhã de segunda-feira, 27, e já acumula mais de 100 mil visualizações em suas publicações.

A federação justifica que a representação protocolada na Justiça Eleitoral é “mais uma reação à manipulação de informações e propaganda eleitoral ilícita para desequilibrar o pleito de outubro”.

Segundo a representação, o perfil “se trata de clara ferramenta de propaganda política, utilizada consciente e deliberadamente por determinada pessoa desconhecida para, sob o anonimato, publicar inverdades, descontextualizações, praticar crimes contra a honra, ao tempo que se mostra elogiosa com determinadas figuras políticas de outro espectro político”.

### **Imposto de reciclagem**

Na representação, os partidos elencaram uma série de exemplos de desinformação, como dados falsos sobre o Pix e frases deturpadas do presidente Lula. A peça destaca um caso em que a personagem Dona Maria afirma que haverá tributação para “catadores de latinha”, uma espécie de imposto de reciclagem.

“Ocorre que tal afirmação é mentirosa e desconexa da realidade; inclusive, foi desmentida por diversos canais de comunicação, dado tamanho alcance da desinformação”, diz trecho da peça protocolada no TSE.

Os partidos querem que sejam fornecidas todas as informações para identificação dos responsáveis pelos perfis e pela monetização.

Além de pedir a suspensão imediata e remoção integral de todos os perfis Dona Maria, nas diferentes plataformas, os partidos solicitaram que sejam adotadas “providências eficazes para impedir nova circulação, replicação, reupload, compartilhamento ou impulsionamento de conteúdo idêntico ou substancialmente equivalente ao já reconhecido como ilícito”.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

### **POLÍTICA – DEPUTADO VIRA RÉU POR INJÚRIA CONTRA LULA**

Gustavo Gayer postou foto editada com IA representando o presidente como nazista

#### ***Do Estadão Conteúdo***

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça- -feira (28) tornar o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) réu pelo crime de injúria contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por unanimidade, o colegiado aceitou denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o parlamentar pela postagem de uma imagem falsa para associar o presidente ao grupo terrorista Hamas e ao nazismo.

Em 2024, o deputado manipulou uma foto de Lula e colocou o presidente com vestimentas militares e uma braçadeira com símbolo da suástica nazista. A imagem falsa foi produzida por inteligência artificial.

Após a publicação, a Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou ao deputado a remoção da postagem e acionou o Ministério da Justiça. Em seguida, a Polícia Federal (PF) abriu um inquérito contra o deputado.

Na sessão desta terça-feira, por 4 votos a 0, a turma acompanhou voto proferido pelo relator, ministro Flávio Dino, pela abertura da ação penal contra Gayer.

Dino argumenta que o uso de inteligência artificial para postar uma montagem não está acobertada pela imunidade parlamentar.

“Esse tema adquire especial gravidade em tempos de perigosíssimas manipulações de imagem e de vozes”, afirmou.

O entendimento foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

Durante a tramitação do inquérito, a Procuradoria-Geral da República (PGR) propôs a suspensão do processo, mas a defesa do deputado não compareceu. Na sessão desta terça- -feira, Gayer também não indicou advogado.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## FINANÇAS - NOVO DESENROLA PERMITIRÁ USO DO FGTS

Programa de renegociação de dívidas deve ser anunciado esta semana pelo governo, diz ministro da Fazenda

**Da Agência Brasil**



**De acordo com o ministro Dario Durigan, o novo programa Desenrola pretende reduzir os níveis de inadimplência no país**

O novo programa Desenrola, que vem sendo chamado de Desenrola 2.0, deve ser anunciado esta semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vai permitir o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a renegociação das dívidas.

A informação foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, em São Paulo, após participar de reuniões

com banqueiros na segunda-feira. “A gente segue trabalhando com a possibilidade de usar o fundo de garantia”, disse o ministro.

Durigan adiantou, no entanto, que haverá um limite para o uso do FGTS no Desenrola. “A limitação que vai ter para garantia do próprio fundo é um percentual do saque. Então, é um saque limitado dentro do programa, vinculado ao pagamento das dívidas do programa, mas não necessariamente sendo maior do que a dívida”, explicou.

O ministro esteve reunido na capital paulista com banqueiros e com o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Isaac Sidney. Estiveram presentes os presidentes dos bancos BTG Pactual, Itaú Unibanco, Santander, Bradesco e Nubank. À tarde, ele também se reuniu com representantes do Citibank.

“Estamos concluindo as conversas com as instituições financeiras para entregar ao presidente, essa semana, o programa de renegociação das dívidas das famílias brasileiras. Estou voltando para Brasília amanhã e falarei com o presidente para que o anúncio seja feito, possivelmente, ainda esta semana pelo presidente”, disse ele a jornalistas.

De acordo com o ministro, o novo programa Desenrola pretende reduzir os níveis de inadimplência no país, em um cenário de juros ainda elevados, mas com expectativa de queda nos próximos meses. “O programa tem aquela linha geral de exigir reduções de uma dívida que as famílias brasileiras mais



sufrem hoje como o cartão de crédito, o CDC (crédito direto ao consumidor) e o cheque especial”, explicou.

Ele também adiantou que o Desenrola vai ter um aporte do Fundo Garantidor de Operações (FGO). “Vai ter um aporte no FGO também, isso está previsto nas medidas que a gente vai colocar. Vai ser o suficiente para a gente garantir a renegociação de quem quiser fazer essa renegociação”, declarou.

### **Descontos de 90%**

Embora não tenha fornecido mais detalhes sobre o novo programa, o ministro disse esperar que os descontos possam alcançar até 90%.

“O que a gente está exigindo, com a contrapartida dos bancos, é que haja uma taxa de juros muito menor do que a praticada nesses três segmentos [CDC, cartão de crédito e cheque especial], que são créditos caros que as pessoas têm que tomar no Brasil. Estamos falando de taxas de juros que variam entre 6% e 10% ao mês. Então, uma dívida de R\$ 10 mil, por exemplo, no mês seguinte, ela possivelmente vai ser uma dívida de R\$ 11 mil. Uma família brasileira que recebe um salário médio, possivelmente não sairá desse ciclo de atualização da sua dívida. Então, com um desconto amplo, a gente vai chegar a descontos de até 90% nesse programa”, estimou.

Ele ressaltou, no entanto, que o programa não será um “Refis periódico” e ocorrerá apenas como uma medida excepcional.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 29/04/2026*

## **FINANÇAS - MINISTRO DIZ QUE HAVERÁ APOORTE SUFICIENTE NO FGO**

### ***Do Estadão Conteúdo***

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o programa Desenrola Brasil terá aporte do Fundo de Garantia de Operações (FGO), que tem como objetivo assegurar uma parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e profissionais liberais.

“Sim, vai ter um aporte no FGO também. Vai ser o suficiente pra gente garantir a renegociação de quem quiser fazer. Nós vamos dar condições para uma renegociação no País”, disse o ministro ao ser questionado por jornalistas se os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) seriam suficientes e se haveria outra fonte de financiamento do programa de renegociação de dívidas.

De acordo com Durigan, Fazenda e instituições bancárias chegaram a um consenso em relação a taxas de juros e prazos para pagamento das dívidas a serem renegociadas. Disse que não poderia adiantar mais detalhes porque irá levar ao presidente Lula as conclusões das reuniões.

“Tive a honra de receber todos os CEOs dos principais bancos, inclusive do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. A gente passou em revista todos os pontos do programa. A área técnica me acompanhou, trouxe a perspectiva, os bancos também. Eu arbitrei os pontos finais e vou levar ao presidente para que, nos próximos dias, ele anuncie esse programa”.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 29/04/2026*

## **FINANÇAS - PRÉVIA DA INFLAÇÃO DE ABRIL SOBE PARA 0,89%**

Gasolina e alimentos pressionam a alta. Guerra no Oriente Médio e entressafra explicam parte do resultado

### ***Do Estadão Conteúdo***

O preço dos alimentos e dos combustíveis pressionaram o bolso do brasileiro em abril e fizeram a prévia da inflação do mês fechar em 0,89%. O resultado fica acima do apurado em março (0,44%) e é o maior desde fevereiro (1,23%).



**A alta do grupo transportes é explicada pelos combustíveis, que subiram 6,06% no mês**

Em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA15), conhecido como prévia da inflação oficial, acumula 4,37%. Nos 12 meses terminados em março, o IPCA-15 estava em 3,9%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE).

Para chegar à prévia da inflação do mês, o IBGE pesquisa o preço de nove grupos de produtos e serviços. Confira a evolução e o impacto em pontos percentuais (p.p.): Alimentação e bebidas - 1,46% (0,31 p.p.); Transportes - 1,34% (0,27 p.p.); Saúde e cuidados pessoais - 0,93% (0,13 p.p.); Habitação - 0,42% (0,07 p.p.); Vestuário - 0,76% (0,04 p.p.); Despesas pessoais - 0,32% (0,03 p.p.); Artigos de residência - 0,48% (0,02 p.p.); Comunicação - 0,48% (0,02 p.p.) e Educação - 0,05% (0,00 p.p.).

Dentro do grupo alimentação e bebida, o resultado foi influenciado, principalmente, pela alta na alimentação no domicílio, que acelerou de 1,10% em março para 1,77% em abril. A alimentação fora do domicílio subiu 0,70% (o dobro do mês de março (0,35%).

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, diz que um dos motivos para a alta nos alimentos é o processo de entressafra. “A menor produção de alguns itens, inclusive leite, tem pressionado o indicador”, afirma.

### **Combustíveis**

A alta do grupo transportes é explicada pelos combustíveis, que subiram 6,06% no mês. De todos os 377 subitens (produtos e serviços) pesquisados pelo IBGE, a gasolina foi o que mais pressionou o IPCA-15, com alta de 6,23%, o que representa impacto de 0,32 p.p. O óleo diesel subiu 16% no mês, com impacto de 0,04%.

### **Guerra no Irã**

Abril tem sido mais um mês de guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. O conflito no Oriente Médio tem causado reflexos negativos na indústria do petróleo. Um dos motivos é a situação delicada no Estreito de Ormuz, ao sul do Irã, que tem vivenciado seguidos bloqueios. Pela via marítima, costumava passar - antes da guerra - cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás.

A instabilidade na cadeia de produção resulta em menos oferta do produto e conseqüente elevação de preços. O petróleo e seus derivados, como a gasolina e o óleo diesel, são commodities, isto é, mercadorias negociadas a preços internacionais. Isso explica por que os preços sobem até mesmo em países produtores, como o Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/04/2026

## **FINANÇAS - DÓLAR FECHA ESTÁVEL, ABAIXO DE R\$ 5,00**

Moeda americana encerrou a terça-feira cotada a R\$ 4,9824. Ibovespa recuou 0,51%

### **Do Estadão Conteúdo**

Após ter superado R\$ 5,00 pela manhã, o dólar perdeu força ao longo da tarde e encerrou esta terça-feira, 28, cotado a R\$ 4,9824 (+0,01%). Na mínima, caiu a R\$ 4,9725.

Operadores afirmam que, além da retomada do apetite por divisas latino-americanas na segunda etapa de negócios, os exportadores podem ter aproveitado a escalada do dólar mais cedo para internalizar recursos. É possível também que questões técnicas típicas de fim de mês, como rolagem de posições no segmento futuro, tenham acentuado a volatilidade.

“A perspectiva ainda é de apreciação do real. Mas a queda do dólar deve ocorrer, a partir de agora, em um ritmo mais lento. Se tudo continuar como está, podemos ver dólar a R\$ 4,90 ou até R\$ 4,80”, afirma Viotto, ressaltando que o provável resultado da superquarta manterá um diferencial de juros favorável ao real, diz o head de banking da EQI Investimentos, Alexandre Viotto.

Já o Ibovespa emendou a quinta perda seguida, retrocedendo nesta terça- -feira para a linha dos 188 mil pontos, ainda no menor nível de fechamento desde 7 de abril, então aos 188.258,91 pontos.

Nesta terça-feira, o índice da B3 oscilou entre mínima de 187.236,79 e máxima de 189.578,50 pontos, correspondente à abertura da sessão. Ao fim, marcava 188.618,69 pontos, em baixa de 0,51%, com giro financeiro a R\$ 23,9 bilhões.

Na semana, o Ibovespa recua 1,11%, limitando o avanço do mês a 0 62%. No ano, sobe 17,06%.

Algumas ações de primeira linha, como Petrobras (ON +0,72%, PN +0,32%) e Itaú (PN +0,25%), conseguiram escapar da correção. Destaque também para Gerdau (PN +4,16%) e Metalúrgica Gerdau (+4 55%), após resultados trimestrais bem recebidos pelos investidores, assim como para Cosan (+3,60%), impulsionada pela notícia sobre oferta pública inicial de ações da subsidiária Compass.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## COMUNICAÇÃO E MARKETING - OPINIÃO - EMOÇÃO, PERFORMANCE & TOMADA DE DECISÃO: O QUE A LIDERANÇA REVELA QUANDO A PRESSÃO SOBE



**CÂNDICE LA TERZA**

Jornalista e consultora  
em Comunicação Corporativa

[opinião@redenenews.com.br](mailto:opinião@redenenews.com.br)

Existe um equívoco recorrente no ambiente corporativo: acreditar que comunicação é sobre conteúdo. Não é. Comunicação é, antes de tudo, estado emocional. O problema raramente está no o que foi dito, mas em que estado emocional aquilo foi dito. E essa nuance, por vezes negligenciada por líderes tecnicamente brilhantes, tem impacto direto em performance, clima organizacional e tomada de decisão.

Daniel Goleman, psicólogo, jornalista científico e escritor norteamericano que ganhou projeção global ao popularizar o conceito de inteligência emocional no mundo corporativo, já consolidou que competência emocional não é um “soft skill”; muito mais que uma simples habilidade, é um vetor crítico de desempenho. Ainda assim, o mercado segue promovendo líderes pelo QI técnico, ignorando o QE relacional. O resultado? Executivos altamente preparados para resolver problemas complexos, mas despreparados para gerir o fator mais volátil das organizações: pessoas.

A equação é simples e brutal: líderes emocionalmente ineficazes criam ambientes de baixa segurança psicológica. E sem segurança, não há inovação, não há colaboração, há apenas sobrevivência corporativa.

Quando a pressão aumenta, a comunicação revela o que o discurso institucional tenta esconder. Em momentos de crise, o líder não comunica estratégia, ele expõe sua estrutura emocional. É nesse ponto que a organização descobre se está diante de alguém que regula o ambiente ou que o contamina.



Peter Drucker já alertava: “A cultura come a estratégia no café da manhã.” O que pouco se discute é que a cultura, por sua vez, é moldada diariamente pelo tom emocional da liderança. Não é o plano estratégico que define o clima! É o comportamento recorrente de quem está no comando.

Comunicação sob pressão não é sobre eloquência. É sobre regulação. Um líder que perde o controle emocional em reuniões críticas, que responde com ironia, que eleva o tom ou que silencia de forma punitiva, não está apenas “tendo um dia ruim”. Está, na prática, treinando sua equipe para operar sob medo.

E medo é o inimigo silencioso da performance.

A ausência de segurança psicológica compromete diretamente a qualidade das decisões. Equipes deixam de trazer problemas, evitam questionar, não expõem riscos. O resultado é uma organização aparentemente funcional, mas estruturalmente frágil.

Segurança psicológica não nasce em workshops. Começa no microfone do líder. Na escolha das palavras. No timing. Na escuta. No respeito ao erro como parte do processo, e não como falha moral.

É aqui que mora um dos pontos mais críticos e menos percebidos: a comunicação que adocece equipes sem que ninguém perceba.

Não estamos falando de assédio explícito ou crises abertas.

Estamos falando de micro comportamentos: interrupções constantes, feedbacks mal calibrados, ausência de reconhecimento, sarcasmo disfarçado de humor corporativo. Pequenos desvios que, somados, constroem ambientes emocionalmente inseguros.

Liderança não é sobre estar no comando. É sobre cuidar daqueles que estão sob seu comando. E cuidar, nesse contexto, passa inevitavelmente pela comunicação.

A pergunta que líderes C-Level precisam se fazer não é “minha mensagem foi clara?”. É: “em que estado emocional minha equipe recebeu essa mensagem?”

Porque clareza sem regulação emocional pode ser percebida como agressividade. Objetividade pode soar como frieza. E assertividade, quando mal calibrada, vira intimidação.

O impacto disso vai além do clima. Afeta diretamente a tomada de decisão. Times sob pressão emocional tomam decisões mais conservadoras, evitam riscos e operam com menor capacidade analítica. O cérebro entra em modo de defesa, não de criação.

Em outras palavras: líderes que não gerenciam o próprio estado emocional comprometem a inteligência coletiva da organização.

A boa notícia? Isso é treinável.

Mas exige uma mudança de paradigma: parar de tratar comunicação como ferramenta e começar a tratá-la como competência estratégica de liderança. Não é sobre falar melhor. É sobre liderar melhor, por meio da fala.

O líder do futuro e, sejamos honestos, do presente, não será o mais técnico, nem o mais carismático. Será aquele capaz de sustentar ambientes emocionalmente seguros mesmo sob alta pressão.

Porque, no fim do dia, organizações não quebram por falta de estratégia. Quebram por falhas humanas mal geridas.

E quase sempre... começa no tom de voz.

Cândice La Terza escreve semanalmente para o BE News, com seus textos sendo publicados às quartas-feiras.

**E QUANDO A PRESSÃO AUMENTA, A COMUNICAÇÃO REVELA O QUE O DISCURSO INSTITUCIONAL TENTA ESCONDER. EM MOMENTOS DE CRISE, O LÍDER NÃO COMUNICA ESTRATÉGIA, ELE EXPÕE SUA ESTRUTURA EMOCIONAL. É NESSE PONTO QUE A ORGANIZAÇÃO DESCOBRE SE ESTÁ DIANTE DE ALGUÉM QUE REGULA O AMBIENTE OU QUE O CONTAMINA.**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 29/04/2026

## JUSTIÇA - EX-PRESIDENTE DO BRB QUER NEGOCIAR DELAÇÃO

Defesa de Paulo Henrique Costa solicita ao STF transferência da Papuda para um local onde ele possa discutir a colaboração premiada

### **Do Estadão Conteúdo**



**Paulo Henrique Costa foi preso sob suspeita de ter negociado propina para favorecer os interesses do dono do Banco Master**

A defesa do ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça a transferência do Complexo Penitenciário da Papuda para um local onde possam discutir a negociação de um acordo de delação premiada.

Na petição, eles não fizeram um pedido específico de unidade prisional, mas citaram que Paulo Henrique tem direito a prisão especial em sala de Estado-Maior por ser segundo tenente da reserva das Forças Armadas.

“O requerente sinalizou interesse em cooperar com as autoridades competentes, possivelmente por meio de colaboração premiada. A formalização de proposta de colaboração, todavia, depende da convergência de alguns fatores: primeiro a voluntariedade do candidato a colaborador; segundo uma avaliação técnica quanto à possibilidade de eventuais relatos e fontes de prova atingirem patamares suficientes para referida candidatura; e terceiro uma tomada de decisão esclarecida do candidato tanto quanto aos requisitos legais, como quanto aos vetores que podem levar à perda do acordo”, escreveram os advogados Eugênio Aragão e Davi Tangerino.

Paulo Henrique Costa foi preso pela Polícia Federal no último dia 16, na quarta fase da Operação Compliance Zero, sob suspeita de ter negociado propina de R\$ 140 milhões em imóveis em troca de favorecer os interesses do banqueiro Daniel Vorcaro em obter aportes do BRB no Banco Master.

### **Troca de defesa**

Na semana passada, a Segunda Turma do STF ratificou por unanimidade a sua prisão preventiva. Após ter sido preso, Paulo Henrique trocou sua equipe de defesa e sinalizou interesse em um acordo de delação premiada.

A troca já foi feita pensando na colaboração sobre investigações de fraudes e propinas envolvendo o Banco Master. A mudança também visa evitar conflitos de interesse, uma vez que o antigo advogado também representa o ex-governador Ibaneis Rocha. Ele busca melhores condições de segurança para a colaboração.



Os atuais advogados dizem, na petição, que a estrutura da Papuda não permite a discussão dos detalhes do acordo de delação com o cliente. Citam, por exemplo, que o presídio não garante uma inviolabilidade nas conversas entre cliente e advogado, o que seria essencial para avançar nas tratativas de uma proposta de acordo.

“Dessa forma, respeitosamente, pede-se que, ouvida a Procuradoria-Geral da República, seja deferido o deslocamento do requerente para local em que possa exercer, de forma plena, seu direito à autodefesa, ao tempo em que a defesa técnica possa desempenhar seu papel constitucional com a maior efetividade possível, assegurando-se a máxima, senão plena, confidencialidade entre advogado e cliente”, escreveram os advogados.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## **JUSTIÇA - SP TERÁ DE INDENIZAR FOTÓGRAFO QUE FICOU CEGO APÓS AÇÃO DA PM**

Em cobertura de protesto na Avenida Paulista, profissional foi atingido por bala de borracha  
**Do Estadão Conteúdo**

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (28) determinar que o estado de São Paulo deve indenizar o fotógrafo Sérgio Andrade Silva pelo ferimento que deixou o profissional cego do olho esquerdo.

Em 2013, Silva foi atingido por uma bala de borracha durante um ato de protesto contra o aumento da tarifa de transporte público, na Avenida Paulista, em São Paulo. Ele foi atingido por policiais enquanto fazia a cobertura jornalística do protesto.

O caso chegou ao Supremo por meio de um recurso protocolado pela defesa de Sérgio Silva para derrubar as decisões de primeira e segunda instâncias da Justiça de São Paulo, que rejeitaram o pedido de indenização.

Por unanimidade, os ministros entenderam que a responsabilidade do estado deve ser reconhecida, ainda que a perícia do caso não tenha concluído que a lesão do fotógrafo ocorreu por disparo de bala de borracha.

Durante o julgamento, a ministra Cármen Lúcia afirmou que a perícia inconclusiva não exime o Estado de suas responsabilidades. “Ele estava trabalhando, estava ali cumprindo a função dele. Então, é abordado de maneira gravosa, com sérias consequências”, comentou.

O placar unânime também contou com os votos dos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes. Com a decisão, o estado de São Paulo deverá pagar danos morais e materiais ao fotógrafo.

A defesa solicitou o direito à pensão mensal vitalícia e o pagamento de R\$ 100 mil reais por danos morais. O valor final ainda será calculado pela Justiça.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## **JUSTIÇA - STF JULGARÁ JAIR BOLSONARO DE NOVO**

Primeira Turma reconhece competência da Corte para julgar queixa-crime de procuradora que acusa o ex-presidente de calúnia

**Do Estadão Conteúdo**



**Em 2022, o então presidente afirmou que a procuradora da República Monique Cheker Mendes teria “forjado provas” em investigação contra ele**

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, reconheceu nesta terça-feira, 28, a competência da Corte para processar e julgar uma queixa-crime apresentada pela procuradora da República Monique Cheker Mendes contra Jair Bolsonaro (PL) por calúnia.

O caso aconteceu em janeiro de 2022, quando o então presidente afirmou que ela teria “forjado provas” em investigação contra ele. A fala ocorreu em entrevista ao programa “Pingos nos Is”, da emissora Jovem Pan. O caso dizia respeito a um suposto crime ambiental (pesca em área protegida) praticado em 2012, quando Bolsonaro ainda exercia o mandato de deputado federal.

Em março de 2023, a ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, remeteu o processo à Justiça Federal no Distrito Federal, porque naquela época, o STF não seria a instância competente para analisá-lo, uma vez que Bolsonaro não tinha mais foro na Corte após o fim do mandato presidencial.

No entanto, o Ministério Público Federal recorreu dessa decisão sob o argumento de que a Corte alterou a jurisprudência sobre o alcance do foro privilegiado. Em uma sessão virtual em 2024, a relatora havia votado contra o recurso da PGR.

Na sessão desta segunda-feira, 27, a ministra reviu sua posição. Ela justificou a mudança ao destacar que, em março de 2025, após o início do julgamento do recurso, o Plenário do STF fixou o entendimento de que a prerrogativa de foro para crimes praticados no exercício do cargo e em razão das funções deve ser mantida mesmo após o afastamento, ainda que o inquérito ou a ação penal tenha início posteriormente.

Diante dessa mudança de entendimento, ela votou para reconhecer a competência do STF para julgar a queixa-crime da procuradora. Os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino acompanharam a relatora.

Ainda na sessão, o colegiado determinou a intimação da procuradora e de Bolsonaro para se pronunciarem, em 10 dias, sobre eventual interesse na realização de audiência de conciliação.

### **Prisão**

Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica em Brasília. O ex-presidente foi condenado pelo STF a 27 anos e 3 meses de prisão por envolvimento em tentativa de golpe de Estado. A prisão, inicialmente em regime fechado, foi convertida em domiciliar por motivos de saúde (doença pulmonar), com autorização para tratamento.

O benefício foi concedido pelo ministro Alexandre de Moraes pelo prazo de 90 dias. Após esse período, ele passará por nova avaliação e pode voltar ao regime fechado.

O ex-presidente está em recuperação de problema pulmonar, mas ele deve passar por nova cirurgia, agora para a correção de um problema no ombro.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 29/04/2026**

## **JUSTIÇA - MALAFAIA VIRA RÉU POR FALAS CONTRA GENERAIS**

Pastor foi denunciado por injúria e calúnia pela Procuradoria-Geral da República  
**Da Agência Brasil**

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (28) tornar o pastor Silas Malafaia réu pelo crime de injúria contra o comandante do Exército, general Tomás Paiva, e outros generais da corporação.

Malafaia foi denunciado por injúria e calúnia pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por falas proferidas durante uma manifestação em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro, ocorrida em São Paulo.

Durante o ato, em abril do ano passado, o pastor, que é apoiador de Bolsonaro, chamou os generais de “frouxos, covardes e omissos”. Ele também disse que os militares “não honram a farda que vestem”.

O placar da votação ficou empatado em 2 votos a 2 e favoreceu o pastor. Os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino votaram pelo recebimento da denúncia pelos crimes de injúria e calúnia, conforme solicitação da PGR. No entanto, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia entenderam que Malafaia deveria responder somente por injúria.

Diante do impasse, os ministros aplicaram o entendimento de que o réu deve ser favorecido quando ocorre um empate na votação. Dessa forma, o pastor virou réu somente pelo crime de injúria.

### Defesa

Durante a tramitação do processo, a defesa de Malafaia disse que o pastor usou “palavras fortes” para criticar os generais de forma genérica, sem citar nominalmente Tomás Paiva. Os advogados também afirmaram que o pastor se retratou das declarações e acrescentaram que ele não pode ser julgado pelo STF porque não tem foro privilegiado.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## JUSTIÇA - POLÍTICOS ‘SEM VOTOS’ USAM STF COMO ESCADA, DIZ MORAES

Ministro critica candidatos que não têm força no eleitorado e ofendem a honra de membros da Corte em busca de likes

**Do Estadão Conteúdo**



**Sem citar nomes, o ministro afirmou que a estratégia de alguns candidatos deixa de lado o debate sobre políticas públicas para atacar o STF**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes criticou nesta terça-feira, 28, o que classificou como o uso da Corte por políticos como “escada eleitoral” para ampliar a visibilidade nas redes sociais. “Querem likes”, disse.

As declarações foram feitas durante julgamento na Primeira Turma do STF envolvendo a denúncia apresentada pelo deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) contra o também deputado federal José Nelto (União Brasil-GO), acusado de injúria e calúnia.

Segundo Moraes, parlamentares de diferentes espectros ideológicos têm adotado uma estratégia de confronto público com o objetivo de gerar engajamento para campanha eleitoral. “Cada um repercute nas suas redes sociais, cada um tem muitos likes e conseguem elevar o conhecimento público a seus nomes”, afirmou o ministro.

Para o ministro, essa prática passou a atingir diretamente o Supremo e seus integrantes. “Políticos que não têm voto necessário para atingir as candidaturas que querem, acabam querendo ofender o

Poder Judiciário, acabam querendo ofender a honra, a dignidade dos membros do Poder Judiciário, utilizando-nos como escada eleitoral”, declarou, citando que pesquisas da semana para sugerir que a estratégia não está dando certo.

As críticas ocorrem em meio a episódios recentes envolvendo pré-candidatos à eleição de 2026. Na última semana, o ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), publicou um vídeo com críticas, em tom de sátira, à atuação do ministro Gilmar Mendes. O caso levou Mendes a enviar uma notícia-crime com pedido de inclusão de Zema no inquérito das fake news, sob relatoria de Moraes.

### **Escada**

Sem citar nomes, o ministro afirmou que a estratégia tem substituído o debate sobre políticas públicas. “Ao invés de discutir saúde, educação, segurança pública, ao invés de discutir o que fizeram em seus mandatos, querem pegar uma escada numa suposta polarização contra o Supremo Tribunal Federal, não com críticas, mas com agressões verbais”, disse.

Na avaliação de Moraes, esse tipo de conduta extrapola o embate político e poderia, em outros contextos, ser enquadrado como “assédio moral”.

As críticas a Moraes se ampliaram desde que foi relevado um contrato do escritório da mulher dele, Viviane Barci de Moraes, com o Banco Master, revelado pela colunista Malu Gaspar, no jornal “O Globo”. Além disso, ela revelou mensagens de Daniel Vercaro trocadas com Moraes no dia da prisão do ex-banqueiro.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 29/04/2026*

## **JUSTIÇA - DINO AVISA QUE SUPREMO CONTINUARÁ DE OLHO EM EMENDAS**

Após estudo citar baixa transparência, ministro decide prolongar monitoramento

### **Do Estadão Conteúdo**

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta terça-feira, 28, que a Corte irá prolongar o monitoramento sobre as emendas parlamentares até que sejam garantidos transparência e rastreabilidade na destinação dos recursos. O ministro marcou para o dia 13 de maio uma nova audiência para debater o tema, após estudos apontarem falhas persistentes na “relevância e transparência” das emendas.

Na decisão, o ministro cita um levantamento realizado pelo Movimento Orçamento Bem Gasto, que avaliou a capacidade das emendas individuais de reduzir desigualdades e atender aos requisitos de transparência e rastreabilidade. O estudo concluiu que “nenhuma emenda alcançou pontuação suficiente para ser classificada com nível alto de relevância e transparência”.

Segundo os dados publicados neste mês, apenas 17% foram classificadas com boa relevância e transparência, enquanto 92% apresentam baixa transparência, sendo “difícil ou mesmo impossível aferir a destinação e a aplicação dos recursos públicos”.

O ministro também cita uma série de relatórios publicados em setembro de 2025 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontando os impactos das emendas parlamentares nas políticas de saúde, assistência social, educação e trabalho. O levantamento conclui que a “insuficiência de transparência na alocação de recursos federais permanece como questão relevante a ser enfrentada”, escreve Dino.

“Não é admissível, em um cenário de escassez de recursos públicos, que a destinação de emendas parlamentares se dissocie de um adequado planejamento, tampouco que resulte, na ponta, em ineficiências que comprometam a efetividade das políticas públicas”, afirma o magistrado.

“Por essa razão, é imprescindível compreender as reais condições de redução de desigualdades, melhoria da infraestrutura e mitigação da vulnerabilidade social por meio da destinação de recursos de emendas.”

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

### INTERNACIONAL - NOS EUA, REI CHARLES III DEFENDE A OTAN

Monarca britânico reforça importância da aliança que Trump tenta se afastar e diz que ela é importante para assegurar a paz

**Do Estadão Conteúdo**



**Rei Charles III lembrou do papel da Otan após os ataques de 11 de setembro de 2001, nos EUA, e saiu em defesa da Ucrânia**

O Rei Charles III, em visita aos Estados Unidos, defendeu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e lembrou que a única vez em que a cláusula de defesa coletiva da aliança foi acionada

ocorreu após os ataques de 11 de setembro aos EUA.

“Hoje, senhor presidente, essa mesma determinação inabalável é necessária para a defesa da Ucrânia e de seu povo tão corajoso. Ela é necessária para assegurar uma paz verdadeiramente justa e duradoura”, disse Charles aos parlamentares e a outras autoridades presentes no Congresso americano.

A lembrança foi uma defesa sutil da aliança militar transatlântica, da qual Donald Trump vem se afastando e ameaçou repetidamente retirar os EUA.

O apelo para que os aliados continuem trabalhando na Otan ocorre num momento em que divergências sobre a guerra com o Irã colocam a relação à prova - talvez no ponto mais baixo da chamada “relação especial” desde a Crise de Suez, em 1956, quando os EUA se opuseram à tentativa britânica de tomar o Canal de Suez.

Em seguida, Charles citou o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, que Trump criticou duramente pela recusa do Reino Unido em dar maior apoio aos EUA e a Israel na guerra contra o Irã.

“Como disse meu primeiro-ministro no mês passado: a nossa parceria é indispensável. Não devemos desprezar tudo o que nos sustentou nos últimos 80 anos. Em vez disso, devemos construir sobre isso”, acrescentou Charles.

O monarca também fez referência ao que as autoridades de segurança descrevem como uma tentativa de assassinar Trump no fim de semana, quando ele participou de um jantar com membros da imprensa da Casa Branca.

“Nós também nos reunimos no rescaldo do incidente, não muito longe deste grande edifício, que buscou ferir a liderança de sua Nação e fomentar um medo e uma discórdia ainda maiores”, disse. “Permitam-me afirmar com determinação inabalável: tais atos de violência nunca terão êxito”.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**

## INTERNACIONAL - PASSAPORTE COMEMORATIVO TERÁ O ROSTO DE TRUMP

Até 30 mil documentos comemorativos da independência do país serão emitidos

**Da Agência Brasil**



**Donald Trump será o primeiro presidente vivo a aparecer no documento de viagem**

O Departamento de Estado dos Estados Unidos informou nesta terça-feira, 28, que está preparando uma edição limitada de passaportes comemorativos para celebrar os 250 anos da independência do país. A edição comemorativa terá uma foto do presidente Donald Trump, que será o primeiro presidente vivo a aparecer no documento de viagem.

O conceito do passaporte especial, que inclui uma representação do rosto de Trump com expressão severa, estava em análise há meses antes de ser finalmente aprovado na noite de segunda-feira 27. Entre 25 mil e 30 mil dos novos documentos estarão disponíveis para os requerentes no escritório de passaportes de Washington, D.C., a partir de pouco antes do dia 4 de julho, quando é celebrada a independência americana.

Este é o mais recente exemplo de Trump tendo seu nome e imagem adicionados a edifícios, documentos e outras homenagens de grande visibilidade. O passaporte comemorativo será o documento padrão para quem fizer o pedido pessoalmente no escritório de Washington, embora aqueles que desejarem um documento padrão possam obtê-lo por meio de solicitação online ou fora de Washington, informaram as autoridades.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 29/04/2026**



## JORNAL O GLOBO – RJ

### GOVERNO LANÇA PLANO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PROJETA FATIA DE 81% PARA FONTES RENOVÁVEIS EM 2055

Documento organiza ações do setor de energia, mas projeções dependem de tecnologia e decisões futuras. Previsão é alcançar neutralidade das emissões em 2050

**Por Bruna Lessa — Brasília**



**Campo de energia eólica de Catité, no sertão da Bahia — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo**

O governo federal lançou nesta quarta-feira o Plano Nacional de Transição Energética (Plante), documento que tenta organizar as políticas públicas para reduzir as emissões no setor de energia nas próximas décadas. Pelas projeções usadas como base do plano, o Brasil pode atingir a neutralidade de emissões até 2050 e elevar a participação de fontes renováveis para até 81% em 2055.



Os números, no entanto, não são metas formais. Trata-se de cenários construídos a partir do Plano Nacional de Energia (PNE), que simulam diferentes trajetórias para o país. O Plante, de acordo com técnicos do governo, surge justamente para tentar transformar essas projeções em ações concretas.

Na prática, o plano funciona como um elo entre o longo e o curto prazo: usa estudos que projetam o futuro da matriz energética e organiza medidas que precisam ser tomadas agora para aproximar o país desses cenários.

O Plante foi estruturado em ciclos de quatro anos, com previsão de revisões periódicas. A ideia é ajustar a estratégia ao longo do tempo, diante de mudanças no cenário econômico e tecnológico.

O documento reúne centenas de ações, que vão desde políticas já em vigor até iniciativas ainda em estudo, envolvendo diferentes áreas do governo.

Além da descarbonização, o plano incorpora outros dois eixos: segurança energética — para garantir o abastecimento mesmo com maior participação de fontes intermitentes — e a chamada transição justa, que busca evitar aumento de custos para a população.

### **Três cenários e alto grau de incerteza**

O desenho parte de três trajetórias possíveis para o setor energético, que variam de acordo com fatores como avanço tecnológico, ambiente internacional e ritmo da economia.

No cenário mais alinhado aos compromissos climáticos, o país alcançaria emissões líquidas zero em 2050, com aumento contínuo das fontes limpas até meados da década seguinte. Nos demais, a transição ocorre de forma mais lenta.

A própria modelagem reconhece o grau de incerteza. As projeções dependem da disponibilidade de tecnologias ainda em desenvolvimento, do custo dessas soluções e do cenário global — incluindo cooperação internacional e dinâmica geopolítica.

### **Transporte e indústria concentram gargalos**

Apesar de o Brasil já ter uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, os principais desafios estão fora da geração de eletricidade.

O setor de transportes é apontado como o maior entrave, pela dependência do diesel e pelo peso do modal rodoviário. A estratégia passa por ampliar o uso de biocombustíveis, eletrificar parte da frota e mudar a matriz logística, com mais ferrovias e hidrovias.

Na indústria, o problema é tecnológico. Segmentos como siderurgia e cimento exigem altas temperaturas e ainda não têm alternativas plenamente viáveis sem uso de combustíveis fósseis. Nesse caso, o plano aposta em soluções como hidrogênio de baixa emissão e captura e armazenamento de carbono (CCS).

### **Próximos passos**

O texto será aberto para consulta pública e ainda precisará ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Nos bastidores, a avaliação é que o plano pode ajudar a dar mais coordenação à política energética e sinalizar ao mercado uma direção para investimentos em baixo carbono. Ao mesmo tempo, o próprio desenho indica que os resultados dependerão da execução das medidas previstas e da evolução de fatores que fogem ao controle do governo.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 29/04/2026**

### TK ELEVATOR, ANTIGA THYSSENKRUPP ELEVADORES, É VENDIDA POR US\$ 34,4 BI À FINLANDESA KONE

Trata-se do maior negócio da história da Finlândia, praticamente dobrando o valor de mercado da Kone e colocando-a à frente de concorrentes como a Otis Worldwide, dos EUA, e a Schindler Holding AG, da Suíça

**Por Bloomberg — Helsinque, Finlândia**



**A fabricante finlandesa de elevadores Kone adquire a rival alemã TKE, criando uma gigante do setor — Foto: Bloomberg**

A Kone Oyj concordou em comprar a rival alemã TK Elevator, antiga ThyssenKrupp Elevadores, por € 29,4 bilhões (US\$ 34,4 bilhões), incluindo dívidas, em um acordo que transforma o mercado global de elevadores e aumenta a pressão sobre seus concorrentes. Em um comunicado divulgado nesta quarta-feira, a empresa finlandesa anunciou que o acordo inclui dinheiro e ações para a TK Elevator, que é de propriedade da Advent e da Cinven.

Trata-se de uma das maiores saídas de capital privado já realizadas na Europa e o maior negócio da história da Finlândia, praticamente dobrando o valor de mercado da Kone, de cerca de € 30 bilhões (US\$ 35,1 bilhões), e colocando-a à frente de concorrentes como a Otis Worldwide, dos EUA, e a Schindler Holding AG, da Suíça.

A Kone tem interesse na TK Elevator há anos. A empresa não teve sucesso em uma tentativa anterior de comprar o negócio em 2020, quando se associou à CVC Capital Partners Plc, mas acabou sendo superada pela Advent e pela Cinven.

O acordo proporcionará à Kone uma maior exposição ao mercado dos EUA, onde a TK Elevator tem uma presença consolidada na instalação e manutenção de elevadores. A Kone tem uma presença maior na Ásia, de onde atualmente obtém cerca de 35% de sua receita.

Philippe Delorme, presidente e diretor-executivo da Kone, afirmou que a aquisição irá acelerar a “mudança estratégica para serviços e modernização” da empresa.

A transação, no entanto, pode enfrentar obstáculos antitruste, e a Kone talvez tenha que considerar a venda de ativos para obter a aprovação dos reguladores, com executivos estimando que esse processo pode levar até 18 meses.

— Trabalhamos muito e estamos confiantes de que a transação receberá todas as aprovações regulatórias necessárias, preservando ao mesmo tempo a lógica estratégica da combinação — disse Delorme em uma teleconferência. — Estamos preparados para trabalhar de forma construtiva com os reguladores para garantir total conformidade.

Ele se recusou a fornecer detalhes ao ser questionado por analistas e repórteres, mas afirmou que, desta vez, a Kone tem “um entendimento muito melhor” de seu alvo, após ter trabalhado de perto com os vendedores.

— Estamos confiantes porque sabemos exatamente o que precisa ser feito. Estamos alinhados com os líderes do outro lado, com respeito e um bom espírito para fazer as coisas funcionarem juntos — acrescentou Delorme.

A nova empresa se chamará Kone, mas as marcas utilizadas variarão de acordo com o país, contou Delorme.

O acionista majoritário da Kone, o bilionário Antti Herlin, continuará a controlar a empresa com mais de 50% dos direitos de voto.

Delorme liderará o grupo combinado, que terá sede na Finlândia e será quase o dobro do tamanho atual da Kone. A empresa terá mais de 100 mil funcionários em cerca de 100 países e deverá gerar vendas anuais de aproximadamente € 20,5 bilhões (cerca de US\$ 24 bilhões).

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 29/04/2026*

## GOVERNO AMPLIA EM R\$ 5 BILHÕES CRÉDITO A EXPORTADORES AFETADOS POR TARIFAS DOS EUA E GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

Medida provisória direciona recursos ao Fundo de Garantia à Exportação dentro do Plano Brasil Soberano

**Por Bruna Lessa**



**Área de movimentação de contêineres no terminal do Porto de Santos — Foto: Jonne Roriz/Bloomberg**

O governo federal abriu um crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões para ampliar o financiamento a exportadores brasileiros. A medida foi formalizada por meio de medida provisória assinada

pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União. A medida prevê o apoio a pessoas físicas e jurídicas exportadoras de bens e serviços, além de seus fornecedores, desde que estejam abrangidas pelo Plano Brasil Soberano, programa do governo voltado ao estímulo das exportações e à sustentação de empresas com atuação internacional.

Pelo texto, os recursos serão destinados aos Encargos Financeiros da União, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), instrumento utilizado para dar suporte a operações de crédito voltadas ao comércio exterior. Na prática, o crédito extraordinário reforça a capacidade do fundo que serve de garantia para financiamentos concedidos por bancos, ampliando o alcance das operações voltadas ao setor exportador.

A liberação dos recursos ocorre em meio à implementação do Plano Brasil Soberano, que vem sendo estruturado em diferentes frentes ao longo dos últimos meses.

Em uma primeira etapa, o governo já havia aprovado mais de R\$ 16 bilhões em crédito direcionado a empresas afetadas por medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos. Posteriormente, outra medida provisória ampliou em até R\$ 15 bilhões o volume de recursos disponíveis no programa.

Essa ampliação veio acompanhada da definição de critérios de acesso, com prioridade para setores considerados estratégicos, com maior intensidade tecnológica, e para empresas impactadas por mudanças no cenário internacional.

Embora já esteja em vigor e produza efeitos imediatos, a medida provisória precisa ser aprovada pelo Congresso em até 60 dias (prorrogáveis por mais 60). Caso contrário, perde validade.

**Plano Brasil Soberano**



O Plano Brasil Soberano foi lançado pelo governo em 2025 como resposta direta à elevação das tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, em alguns casos chegando a 50%. A medida americana afetou especialmente setores industriais com forte presença no comércio exterior, levando o governo a estruturar um pacote de apoio para preservar a competitividade das empresas e evitar impactos sobre empregos.

Desde então, o programa vem sendo ampliado em etapas. A estratégia combina crédito, garantias e medidas tributárias para sustentar exportadores e suas cadeias produtivas, com foco também em pequenas e médias empresas e setores considerados estratégicos para a economia.

Mais recentemente, o plano passou a incorporar um novo fator de pressão: a instabilidade geopolítica, incluindo conflitos no Oriente Médio, que têm afetado cadeias globais de produção e o acesso a insumos. Nesse contexto, o governo ampliou o volume de recursos disponíveis e manteve o foco em empresas impactadas tanto por barreiras comerciais quanto por choques externos.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 29/04/2026*

## **GOVERNO TEM DÉFICIT DE R\$ 73,7 BI EM MARÇO, MAIOR DA HISTÓRIA PARA O MÊS, DIZ TESOURO**

Tesouro diz que resultado negativo foi fortemente influenciado pelo pagamento de precatórios, que se concentrou neste mês

**Por Bernardo Lima — Brasília**

As contas do governo central, que englobam Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, registraram déficit primário de R\$ 73,7 bilhões em março, segundo divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quarta-feira. Este é o pior resultado para o mês registrado na série histórica iniciada em 1997.

No mesmo período do ano passado foi registrado um superávit de R\$ 1,5 bilhão. No acumulado do primeiro trimestre, as contas do governo central atingiram um déficit de R\$ 17,1 bilhões, ante um superávit de R\$ 55 bilhões de janeiro a março de 2025.

O resultado foi composto pelo déficit conjunto de R\$ 24,6 bilhões do Tesouro Nacional e Banco Central, frente a um déficit de R\$ 49,2 bilhões da Previdência Social.

Os resultados das contas do governo são importantes para o cumprimento da meta fiscal, que neste ano é de um superávit fiscal de 0,5% do PIB, equivalente a R\$ 73,2 bilhões, com uma banda de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo. Assim, o superávit pode variar entre R\$ 36,6 bilhões e R\$ 109,8 bilhões.

Um fator que pode pressionar é o resultado neste mês foi o pagamento dos precatórios (dívidas adquiridas após a União perder causas na Justiça). Segundo o Tesouro, em 2026 esses pagamentos foram concentrados em março, ao contrário do ano passado, em que eles ocorreram principalmente em julho.

“Esse fator calendário impactou fortemente as rubricas de Sentenças Judiciais e Precatórios (+R\$ 34,9 bilhões), de Benefícios Previdenciários (+R\$ 28,6 bilhões) e de Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 11,3 bilhões). A elevação nessas duas últimas rubricas, nas quais as sentenças judiciais responderam por cerca de 84% e 78% do aumento, respectivamente”, detalha o Tesouro.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 29/04/2026*

## **ESQUEMA DE CORRUPÇÃO BILIONÁRIO NA ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO É ALVO DE OPERAÇÃO; 17 AUDITORES FISCAIS SÃO AFASTADOS**

Associação criminosa investigada envolve importadores, despachantes e servidores públicos, aponta investigação

**Por O Globo — Rio de Janeiro**



**Dinheiro vivo apreendido durante a Operação Mare Liberum — Foto: Receita Federal/Divulgação**

A Polícia Federal e a Receita Federal deflagraram, nesta terça-feira, uma operação que mira um esquema bilionário de facilitação de contrabando e descaminho no Porto do Rio de Janeiro. Foram cumpridos 45 mandados de busca e apreensão no Rio e no Espírito Santo. Além disso, 17 auditores fiscais e oito analistas tributários estão afastados do cargo por determinação judicial. Eles são alvos ainda

de medidas de bloqueio de bens e restrições a atividades profissionais.

Foram apreendidos, na casa de uma auditora da Receita Federal, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste do Rio, dezenas de maços de cédulas de real e também notas de dólar e euro, organizados em pilhas com elásticos. O dinheiro vivo ainda passará pela contagem. Na casa de outro auditor, em Niterói, na Região Metropolitana do Rio, houve apreensão de dólares em espécie.



**O vinho encontrado durante a operação — Foto: TV Globo/Reprodução**

Os agentes encontraram pelo menos sete caixas do vinho Chateau Odilon. A garrafa desse tinto, do Sudoeste da França, é comercializada por cerca de R\$ 700.

As investigações que resultaram na Operação Mare Liberum — mar livre, em tradução livre — apontam que existe a atuação de um grupo estruturado na liberação irregular de mercadorias, com divergências entre produtos importados e declarados, e possível supressão de tributos.

A Corregedoria da Receita Federal começou a investigar irregularidades no despacho aduaneiro em fevereiro de 2022. De acordo com o órgão, foram identificadas quase 17 mil Declarações de Importação (DI) com suspeita de serem ilegais — o montante representa cerca de R\$ 86,6 bilhões em mercadorias no período de julho de 2021 a março de 2026.



O esquema funcionava, de acordo com a apuração, a partir de um padrão reiterado de manipulação dos controles aduaneiros. Mercadorias importadas informadas nas DIs selecionadas para os canais de maior rigor — vermelho e cinza — eram desviadas e liberadas indevidamente, mesmo após a identificação de inconsistências graves entre a carga física e os dados declarados.

**Uma viatura deixa a Superintendência da PF no Rio — Foto: Polícia Federal/Divulgação**

A investigação, segundo a Receita, mapeou três frentes de atuação da organização. A primeira era o desembarço direto de mercadorias nos canais vermelho e cinza, ignorando inconsistências e exigências legais. A segunda envolvia o setor de óleo e gás (admissão temporária), com a criação de

procedimentos artificiais para liberar embarcações e outros equipamentos sem a devida previsão na legislação aduaneira, favorecendo indevidamente empresas privadas, mediante propina. A terceira frente consistia em recebimento de vantagens indevidas pagas por operadores portuários.

Os investigados poderão responder por crimes como corrupção, associação criminosa, contrabando, descaminho e lavagem de dinheiro, entre outros.

Além de equipes da Receita e da PF, a ação conta com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público Federal (MPF), e da Corregedoria da Receita Federal.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 29/04/2026*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### OPINIÃO - O QUE LEVA OS EUA A SER DESTINO DE MENOS DE 10% DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PELA 1ª VEZ EM 200 ANOS

O equívoco do governo Trump de tratar o Brasil com simplicidade, quando o País nunca foi simples, pode custar caro à relação bilateral

**Por Welber Barral**

Há um equívoco recorrente em Washington: a ideia de que o Brasil reage à pressão como parceiro menor, previsível. Uma possível escalada (com rumores de novas tarifas) mostra que esse erro não apenas persiste, como pode custar caro à relação bilateral. O equívoco vem de tratar o Brasil com simplicidade, quando o Brasil nunca foi simples.

Tarifas adicionais podem advir da investigação 301 aberta pelo USTR em julho do ano passado, que abrange temas que vão de comércio digital a meios de pagamento, além de tarifas preferenciais, medidas anticorrupção, propriedade intelectual, etanol e desmatamento ilegal. É uma lista ampla o suficiente para caber quase tudo; e vaga o suficiente para gerar instabilidade em quase todos os setores. Em teoria, deve haver uma decisão antes de julho deste ano, que poderia levar a tarifas ou outras restrições ao comércio.

O ziguezague tarifário já cobrou custos altos no ano passado: uma Ordem Executiva em julho impôs tarifa adicional de 40% sobre certos produtos brasileiros. Em novembro, produtos agrícolas foram excluídos daquela tarifa, reconhecendo-se implicitamente que a medida fora excessivamente ampla. Em fevereiro deste ano, a Suprema Corte restringiu a lei sobre a qual se baseavam as tarifas, levando o Governo Trump a impor um 10% genérico com base em outra norma (Seção 122), que deve expirar em agosto próximo.



***Os Estados Unidos estão criando o risco de provocar uma lenta reconfiguração das cadeias comerciais Foto: Joe Raedle/AFP***

Assim, a insegurança permanece. Os dados de 2025 já indicavam perda de tração das exportações para os Estados Unidos, no recorte mais sensível aos efeitos tarifários. Pela primeira vez em 200 anos (!) os EUA representarão menos de 10% das exportações brasileiras.

Ou seja, ameaças e barreiras tarifárias não levarão a concessões pelo Brasil; antes, diminuirão a importância relativa da relação econômica bilateral comparativamente a outros parceiros.



Outro efeito: empresas que exportam para os Estados Unidos começam a procurar alternativas, diante do custo da imprevisibilidade. O setor brasileiro de móveis é exemplo claro: diante da combinação de tarifa, risco político e regulatório, exportadores passaram a investir em novos mercados, da Europa a mercados emergentes. Exportadores são naturalmente avessos a aventuras tarifárias; buscam previsibilidade, contratos longos, crédito, logística e compradores que não mudem regras durante o transbordo.

O mesmo filme já se assistiu, em versão sul-americana. Durante muitos anos, a Argentina foi mercado natural da indústria brasileira. A proximidade, a então novidade do Mercosul e a integração produtiva davam à Argentina um lugar privilegiado. Mas barreiras recorrentes, licenças não automáticas, controles cambiais e imprevisibilidade reduziram sua relevância. A indústria aprendeu a buscar outros destinos. Não deixou de vender para a Argentina, apenas deixou de depender daquele mercado e de defendê-lo nas crises seguintes.

Esse é o risco que os Estados Unidos estão criando agora: uma lenta reconfiguração das cadeias comerciais, que reverte contratos, feiras, decisões de investimento. Ao fim, a grandiosidade do discurso geopolítico define em decisões empresariais quotidianas.

As ameaças dos EUA também afetam uma dimensão pouco compreendida em Washington: o comércio intrafirma como parte relevante do fluxo bilateral com o Brasil. São cadeias integradas, planejadas por meses, com custos e margens pré-definidos. E aqui o paradoxo: em nome de defender interesses norte-americanos, Washington acaba aumentando custos de empresas norte-americanas.

Há ainda uma incompreensão histórica. Desde o século 19, a estratégia externa do Brasil tem sido evitar alinhamentos automáticos. O Brasil já oscilou, negociou, aproximou-se, afastou-se, mas nunca aceitou vassalagem econômica. Mesmo na Guerra Fria, preservou graus relevantes de autonomia econômica.

A coerência da diplomacia nacional reflete um país continental, exportador diversificado, inevitavelmente com interesses no Atlântico, historicamente na Europa, nas Américas, crescentemente na Ásia e no mundo em desenvolvimento. Pressionar o Brasil como se fosse um pequeno recalcitrante é desconhecer a História e, pior, empurrá-lo para parceiros alternativos.

Por fim, a tática tarifária norte-americana também pode produzir efeito político ao avesso do que, no Departamento de Estado, pretendem alguns. Novas tarifas contra o Brasil fortalecerão a narrativa eleitoral do atual governo brasileiro contra a oposição. Se a economia sofrer, culpa-se o elemento externo. Se exportadores reclamarem, apontam-se os entreguistas. Se medidas forem anunciadas, reforça-se o nacionalismo, sempre disponível no cardápio das campanhas.

O Governo Trump deveria saber disso. Em outras frentes, suas medidas já produziram o inverso do objetivo anunciado. Aqui, o risco é semelhante. Tarifas para forçar concessões podem reduzir a relevância norte-americana. Ameaças para disciplinar o Brasil podem incentivar diversificação comercial. Medidas destinadas a proteger empresas norte-americanas podem encarecer suas próprias cadeias. E pressões destinadas a fragilizar o governo brasileiro podem ajudá-lo eleitoralmente.

Por tudo isso, Washington deveria refletir antes de mirar o Brasil como laboratório de coerção tarifária. Ambos os países têm interesse em preservar uma relação sólida. Mas isto exige inteligência estratégica. Exige distinguir irritantes políticos de interesses econômicos. Exige entender que comércio bilateral não é manchete, mas investimentos, cadeias produtivas, confiança e tempo.

Se Washington insistir na lógica da coerção, o resultado provavelmente não será nem confronto nem alinhamento. Será distanciamento. E, no comércio internacional, distância quase sempre significa perda de relevância, de influência e, no limite, de mercado.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 29/04/2026**

## STF ADIA JULGAMENTO SOBRE DESONERAÇÃO DA FOLHA PARA QUINTA-FEIRA

Supremo Tribunal Federal analisa lei que prorrogou desoneração até 2027, e deve preservar acordo firmado entre governo e Congresso que estipulou reoneração gradual

**Por Daniel Weterman**

BRASÍLIA — O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para esta quinta-feira, 30, o julgamento sobre a desoneração da folha de pagamentos concedida a empresas de 17 setores da economia e municípios. O processo estava inicialmente na pauta desta quarta, 29.

A tendência é a Corte declarar a inconstitucionalidade de trechos da lei que prorrogou o benefício até 2027, como mas sem mexer no acordo firmado entre governo e Congresso que estipulou uma reoneração gradual até o ano que vem, como mostrou o Estadão.



***O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para esta quinta-feira, 30, o julgamento sobre a desoneração da folha de pagamentos concedida a empresas de 17 setores da economia e municípios. Foto: Marcelo Casal Jr./Agência Brasil***

Segundo o presidente do STF, Luiz Edson Fachin, o adiamento atendeu uma indicação do relator, ministro Cristiano Zanin. Ele já apresentou seu voto na ação e foi acompanhado por Fachin e Gilmar Mendes.

A ação foi proposta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ao analisar o tema, o relator entendeu que o Congresso errou ao prorrogar o benefício sem apresentar estimativas de impacto no Orçamento da União e sem estabelecer medidas para compensar a perda de arrecadação.

O Legislativo, por sua vez, alegou que estava apenas prorrogando um benefício já existente, e não criando um novo, e que ainda assim cumpriu todos os requisitos legais.

### **O que é a desoneração da folha**

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas.

A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas.

Por decisão do Congresso, em votações expressivas, a política de desoneração foi prorrogada até 2027, mas acabou suspensa por uma decisão liminar do STF em ação movida pelo governo federal. A alegação foi que o Congresso não previu uma fonte de receitas para bancar o programa e não estimou o impacto nas contas públicas.

O Legislativo, porém, argumentou que medidas foram aprovadas para aumentar as receitas da União e que a estimativa de impacto estava descrita na proposta aprovada. O ministro da Fazenda anunciou, então, um acordo para manter a desoneração em 2024 e negociar uma cobrança gradual de 2025 a 2027.

A proposta foi aprovada pelo Congresso e sancionada por Lula em setembro de 2024, prevendo a seguinte gradação:

- Em 2025, as empresas pagam 80% da alíquota sobre a receita bruta e 25% da alíquota sobre a folha

- Em 2026, as empresas pagam 60% da alíquota sobre a receita bruta e 50% da alíquota sobre a folha
- Em 2027, as empresas pagam 40% da alíquota sobre a receita bruta e 75% da alíquota sobre a folha
- A partir de 2028, as empresas retomam integralmente o pagamento da alíquota sobre a folha, sem o pagamento sobre a receita bruta.

### Confira abaixo os 17 setores alcançados pelo benefício:

- confecção e vestuário
- calçados
- construção civil
- call center
- comunicação
- empresas de construção e obras de infraestrutura
- couro
- fabricação de veículos e carroçarias
- máquinas e equipamentos
- proteína animal
- têxtil
- TI (tecnologia da informação)
- TIC (tecnologia de comunicação)
- projeto de circuitos integrados
- transporte metroferroviário de passageiros
- transporte rodoviário coletivo
- transporte rodoviário de cargas

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/04/2026

## PF APURA CONTRABANDO EM AVIÃO DE EMPRESÁRIO E DESCOBRE PRESENÇA DE HUGO MOTTA E CIRO NOGUEIRA NO VOO

Inquérito foi remetido ao STF, que pediu uma manifestação da PGR; presidente da Câmara diz que seguiu protocolos da legislação aduaneira e demais parlamentares não se manifestaram

**Por Aguirre Talento, Gustavo Côrtes e Vinícius Valfré**

BRASÍLIA - A Polícia Federal abriu um inquérito para apurar suspeitas de descaminho ou contrabando em um voo realizado em uma aeronave particular de um empresário investigado na CPI das Bets do Senado. Esse inquérito, entretanto, foi remetido ao Supremo Tribunal Federal (STF) depois que a PF constatou que quatro parlamentares acompanharam o empresário no voo: o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e os deputados Doutor Luizinho (PP-RJ) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL). Os parlamentares ainda não se manifestaram.



A informação foi divulgada inicialmente pelo jornal Folha de S.Paulo. O Estadão teve acesso ao relatório da PF produzido na investigação. Motta afirmou, por meio de nota, que “cumpru todos os protocolos e determinações estabelecidas na legislação aduaneira” e aguardará a manifestação da Procuradoria Geral da República (PGR). Os demais parlamentares foram procurados pela reportagem, mas ainda não se manifestaram. O espaço segue aberto.

**Imagem da câmera de segurança do Aeroporto de Catarina (SP) mostra funcionário do empresário**

### **Fernando Oliveira Lima passando bagagens por fora do raio-x Foto: Reprodução**

A aeronave pertence ao empresário Fernando Oliveira Lima, que é sócio de uma empresa de apostas online. Ele é conhecido como “Fernandin OIG”, sigla de sua empresa. Segundo a PF, o grupo representa as plataformas 7Games, Betão e R7.BET. Ele estava presente no voo com os parlamentares, que ocorreu em abril de 2025, período em que a CPI das Bets estava ativa no Senado, com a participação de Ciro Nogueira.

Procurado, o empresário afirmou que a bagagem transportada pertencia ao comandante do voo. “Recebi a notícia e a imagem e liguei para o comandante Jorge, o mesmo falou que se trata de itens pessoais dele e que o desembarque seguiu todo o processo normal”, disse.

O voo saiu da ilha de Saint Martin, um paraíso fiscal do Caribe, e pousou na noite do dia 20 de abril do ano passado no aeroporto de Catarina, em São Roque (SP), usado para aviação executiva. As suspeitas da PF surgiram a partir de uma investigação sobre a corrupção de um auditor fiscal, Marco Canella, indiciado em um outro inquérito por facilitação de contrabando ou descaminho. O auditor foi procurado, mas também não se posicionou.

No caso do voo dos parlamentares, Canella permitiu que um funcionário do empresário desembarcasse no aeroporto e passasse com sete volumes de bagagem por fora do raio-X. O procedimento irregular foi gravado pelas câmeras de segurança.

Ainda não foram identificados os donos das bagagens que passaram ilegalmente pelo raio-X. Como o voo era proveniente de um paraíso fiscal e o auditor já tinha sido indiciado por crimes de facilitação ao contrabando e descaminho, a PF suspeita que o conteúdo das bagagens possa ser ilegal.



Durante a apuração, porém, foi constatado que parlamentares também estavam a bordo do voo. Eles passaram suas malas pelo procedimento normal de raio-X, mas não é possível saber até o momento se as bagagens que foram transportadas por fora do raio-X tinham itens pertencentes aos parlamentares. Em um relatório parcial, a PF escreveu que a continuidade das investigações pode indicar o envolvimento de algum dos parlamentares nos crimes apurados e, por isso, seria necessário o envio do caso ao STF.

**Aeronave do empresário Fernando Oliveira Lima, que atua no ramo de apostas online, em registro feito em uma viagem a São Martinho com presença de quatro parlamentares no voo de volta Foto: Reprodução Instagram**

“Considerando que, caso as investigações tenham continuidade e indiquem que, além da conduta do Auditor Fiscal MARCO ANTÔNIO CANELLA, haja outras condutas ilícitas, bem como que uma das pessoas mencionadas no “item 9” supra tenham envolvimento, os autos devem tramitar pela CINQ/CGRC/DICOR/PF, e o Processo junto ao Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual, salvo melhor juízo, entendo ser temerária a continuidade das investigações sem a apreciação de tal situação pelo Poder Judiciário”, diz o despacho.

Em suas redes sociais, o empresário registrou fotos da viagem, mas os parlamentares não aparecem. As imagens mostram o interior da aeronave com refeições e um mapa de bordo a destino de Saint Martin, a aeronave chegando a uma praia com mar azul claro e diversos momentos na praia.

O inquérito chegou nesta semana ao STF e foi distribuído ao ministro Alexandre de Moraes. Ele enviou o caso para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR), que deve opinar se há indícios de crimes para que os fatos sejam investigados perante o Supremo.

## CONGRESSO DEVE DEIXAR MP QUE TAXA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO CADUCAR

Oposição classifica medida como arrecadatória; imposto de 12% sobre a exportação de petróleo do Brasil pode permanecer em vigor até 9 de julho antes de medida perder eficácia

**Por João Caires (Broadcast)**

BRASÍLIA - O Congresso Nacional irá deixar a medida provisória (MP) 1340/2026 caducar, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A intenção, segundo pessoas a par do tema, é que não se mantenha o imposto de 12% sobre a exportação de petróleo do Brasil como forma de compensar o gasto da União com a subvenção de tributos federais sobre o óleo diesel.

Editada em 12 de março de 2026, a medida provisória tem validade inicial de 60 dias, prorrogáveis automaticamente por igual período caso a votação não seja concluída pelo Congresso. Na prática, o texto pode permanecer em vigor até 9 de julho deste ano antes de perder a eficácia.



**MP pode permanecer em vigor até 9 de julho deste ano antes de perder a eficácia Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados**

A MP precisa ser analisada por uma comissão mista e aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado dentro do prazo constitucional.

Congressistas da oposição vêm classificando a medida como arrecadatória e defendem que a compensação fiscal para a desoneração do diesel seja buscada por

meio de corte de despesas ou revisão de outras receitas, não por meio da taxação.

Ainda segundo apurou o Estadão/Broadcast, uma alternativa negociável para evitar a perda de validade da medida, seria a garantia de que, caso votassem a MP, a taxação não seja estendida para além do período de alta de preços do petróleo causado pelos conflitos no Oriente Médio.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 29/04/2026**

**Valor** ECONÔMICO  
Informação que vira dinheiro.

### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### COM GUERRA NO ORIENTE MÉDIO, PREÇOS DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS TÊM MAIOR ALTA EM QUASE CINCO ANOS, DIZ IBGE

Índice de Preços ao Produtor subiu 2,53% em março, puxado pelas indústrias extrativas, com alta de 18,65%

**Por Lucianne Carneiro, Valor — Rio**

O efeito da guerra no Oriente Médio apareceu na inflação da indústria em março, mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta quarta-feira (29).

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) subiu 2,53% em março, puxado pelas indústrias extrativas, com alta de 18,65%. A variação foi a mais intensa em mais de cinco anos, desde fevereiro de 2021 (27,91%).



— Foto: *Geraldo Falcão/Agência Petrobras*

O gerente do IPP, Murilo Alvim, lembrou que a instabilidade geopolítica internacional, especialmente no Oriente Médio, afetou a oferta e a demanda no mercado externo.

"Os conflitos tiveram início no fim de fevereiro, mas se intensificaram durante o mês de março e fizeram com que preços mais altos fossem observados em 18 dos 24 setores analisados na pesquisa."

Alvim citou o impacto da oferta global da commodity e o escoamento dificultado pelas restrições de navegação no Estreito de Ormuz.

Fonte: *Valor Econômico - SP*  
Data: 29/04/2026

## SENADORES PEDEM RENEGOCIAÇÃO ANTES DE PLANO SAFRA

Parlamentares ainda avaliam a proposta da Fazenda, apresentada semana passada, de repactuação de R\$ 81,7 bilhões

Por *Jéssica Sant'Ana e Gabriela Guido* — De Brasília



*Tereza Cristina em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado* — Foto: *Saulo Cruz/Agência Senado*

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, Renan Calheiros (MDB-AL), e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) defenderam ontem que o programa de renegociação de dívidas rurais saia do papel antes do novo Plano Safra, o 2026/27, previsto para ser lançado em junho.

Os senadores ainda avaliam a proposta apresentada na semana passada pelo Ministério da Fazenda, que prevê a renegociação de R\$ 81,7 bilhões em dívidas de produtores rurais em texto alternativo para o atual projeto de lei sobre o tema, que tramita CAE do Senado. O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Segundo Calheiros, será formado um grupo de trabalho junto com técnicos da Fazenda para debater uma proposta final. Uma reunião desse grupo está prevista para esta quinta-feira (30). A previsão é que a proposta seja fechada na próxima semana. "Nós achamos que a situação no campo está se esgarçando e é necessário que essa renegociação se faça de maneira mais estruturante", afirmou o presidente da CAE.

Tereza disse que a proposta do governo precisa de ajustes, mas não detalhou quais. A tendência é que a proposta a ser levada para votação na CAE envolva um meio termo entre a alternativa apresentada pela Fazenda e o projeto de lei 5.122/23, que trata sobre o tema. Uma medida provisória (MP) pode ser editada pelo governo, se houver consenso entre as partes.

O projeto 5.122/23 prevê a utilização de R\$ 30 bilhões do Fundo Social para renegociação das dívidas rurais, mas a Fazenda é contra, porque prefere que os recursos do fundo sejam usados para outros fins. A senadora afirmou que alternativas ao governo serão apresentadas. Ela e Calheiros tiveram uma reunião ontem com o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

"A gente sabe que não é uma vontade do ministério [o uso do Fundo Social], mas a gente trouxe alternativas, e esse grupo vai sentar e colocar à mesa todas as alternativas. O que é bom é que o ministro está com boa vontade, acha importante a resolução desse problema", disse Tereza.



Ela defendeu que uma solução saia logo, devido ao encarecimento dos custos dos produtores neste ano. “Temos hoje uma guerra em curso, que todos os países do mundo têm preocupação com alimentos. Nós temos um ambiente de trabalho muito bom para caminhar o mais rapidamente possível, que eu penso que tem que ser antes da apresentação do novo Plano Safra, que é em junho”, disse.

Conforme mostrou o Valor, o governo propôs a renegociação de R\$ 81,7 bilhões em dívidas de produtores de todo o país, sendo R\$ 37,46 bilhões a operações em situação de inadimplência e prorrogadas e outros R\$ 44,23 bilhões para dívidas em inadimplência. Os senadores, contudo, querem que o programa considere um valor maior, de R\$ 170 bilhões em dívidas.

Seriam oferecidas duas linhas de crédito, pela proposta da Fazenda. Uma com recursos controlados, com taxa de juros de 6% ao ano a produtores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de 8% ao ano a produtores do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e de 12% ao ano para os demais casos. Uma segunda linha de crédito, com recursos e taxa de juros livres, seria oferecida aos demais produtores que não se encaixarem na primeira modalidade, com juros controlados.

A proposta da Fazenda, contudo, não prevê o uso de recursos do Fundo Social como garantia, por isso os senadores entendem que as linhas oferecidas são tímidas e podem ser melhoradas. Esse é o principal imbróglio sobre o programa.

Também há uma falta de consenso em relação ao instrumento que seria utilizado para viabilizar essas linhas de crédito. A bancada do agronegócio defende que o tema tramite no Senado por projeto de lei, dando continuidade à proposta inicialmente pensada para ajudar produtores do Rio Grande do Sul após o desastre climático de 2023. Senadores governistas, no entanto, acreditam que uma medida provisória poderia dar celeridade à vigência das linhas de crédito.

### **Pedido da CNA**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu ao governo federal que destine R\$ 623 bilhões para o Plano Safra 2026/27, sendo R\$ 104,9 bilhões para a agricultura familiar e R\$ 518,2 bilhões à agricultura empresarial, além de R\$ 4 bilhões no orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Essas são algumas das propostas de uma lista de dez reivindicações entregue ontem pelo presidente da CNA, João Martins, ao ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula. No documento, a CNA destaca os pontos prioritários para o próximo ciclo agropecuário, com foco em iniciativas estruturantes como previsibilidade do orçamento, planejamento plurianual, e no fortalecimento da saúde financeira do produtor, nos instrumentos de renegociação de dívidas, ampliação do acesso ao crédito e recursos para o seguro rural. Segundo a entidade, as sugestões buscam assegurar a sustentabilidade econômica do setor e preservar o papel do Brasil como um dos principais produtores e fornecedores globais de alimentos. (Marcelo Beledeli, para o Valor)

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 29/04/2026*

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### PORTOCEL RECEBE DA RECEITA FEDERAL CERTIFICAÇÃO DE OEA

*Da Redação Portos e logística 29/04/2026 - 18:11*

A Portocel, empresa do setor de logística de transporte, recebeu da Receita Federal a certificação de Operador Econômico Autorizado (OEA), destinada a companhias que demonstram padrões de segurança, conformidade aduaneira e gestão de riscos em operações de comércio exterior. Segundo a empresa, a concessão a coloca entre os operadores considerados de baixo risco pelo sistema aduaneiro.



Com isso, explicou a Portocel, a certificação resultará em benefícios para seus clientes e parceiros, com maior agilidade na liberação de cargas, redução de trâmites burocráticos e menos intervenções físicas. Isso resultará, segundo a empresa, em mais previsibilidade logística e redução de custos indiretos associados a atrasos e paradas operacionais.

O programa OEA é adotado internacionalmente e alinhado às diretrizes da Organização Mundial das Aduanas (OMA), com modelo de controle aduaneiro que combina segurança da cadeia logística com facilitação do comércio internacional. A Portocel avalia que a certificação é um reconhecimento da Receita Federal de que ela está preparada para atender a cadeias globais de suprimento e operações logísticas.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/04/2026*

## **CANAL DO PANAMÁ REGISTRA VALORES RECORDES EM LEILÕES DE TRÂNSITO**

*Da Redação Navegação 29/04/2026 - 17:12*



Levantamento divulgado pela plataforma internacional especializada em transporte marítimo Alphaliner revela que as taxas de leilão para transitar pelo Canal do Panamá atingiram recentemente níveis recordes devido ao fechamento do Estreito de Ormuz e à consequente busca por novas fontes de fornecimento de petróleo e gás, principalmente por compradores na Ásia. A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) informou que, por causa do aumento da demanda para cruzar o canal, embarcações pagaram recentemente mais de 1 milhão de dólares em leilão para transitar pela hidrovia.

A consultoria destacou que o conflito no Oriente Médio alterou significativamente os fluxos tradicionais de petróleo, com aproximadamente metade das exportações da região sendo redirecionadas. Isso aumentou o comércio de petróleo bruto entre os Estados Unidos e a Ásia com trânsito pela rota do Canal do Panamá.

Antes do conflito no Oriente Médio, os preços médios dos leilões, por passagem, variavam de 135 mil dólares a 140 mil dólares. Mas, segundo a consultoria, essa média, em março e abril, passou para aproximadamente 385 mil dólares e foi mais alta ainda nas eclusas originais do canal, chegando a 837 mil dólares e registrando o valor máximo de quatro milhões de dólares pagos para a travessia de um navio-tanque de GNL.

Segundo a plataforma, no segmento de navios porta-contêineres, a maioria das companhias de navegação tem garantido as travessias por meio do sistema de reservas do canal, mas alguns navios com necessidade de disponibilidade imediata ou atrasados podem ser obrigados a recorrer ao sistema de leilão. Nele, a Autoridade do Canal do Panamá oferece atualmente de três a cinco vagas por dia para embarcações sem reservas prévias.

O aumento da demanda se reflete também nos volumes de trânsito. Entre outubro de 2025 e março de 2026, o Canal do Panamá registrou um total de 6.288 trânsitos, representando aumento de 224 passagens em relação ao ano anterior. Além disso, em termos de tonelage, o Sistema Universal de Medição da autoridade portuário registrou alta de 5%, atingindo 254 milhões de toneladas.

A atividade impulsionada por navios porta-contêineres e navios de transporte de GLP foi particularmente intensa recentemente, com médias diárias de 34 embarcações em janeiro e 37 em março, enquanto em dias de pico em abril ultrapassaram 40 trânsitos. No segmento, as travessias

pelas eclusas antigas aumentaram 9% em março em comparação com o ano anterior, enquanto as travessias pelas eclusas Neopanamax aumentaram 58%.

Apesar do aumento dos custos de trânsito, as companhias de navegação não introduziram novas sobretaxas específicas para o uso do canal em 2026. Algumas medidas adotadas em 2025 devido à seca permanecem, no entanto, em vigor. Nesse cenário, de acordo com a Alphaliner, "os custos mais elevados recentes podem estar sendo absorvidos por outras sobretaxas introduzidas este ano, incluindo aquelas relacionadas a interrupções por conflitos e combustível".

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 29/04/2026**

## SAMSUNG HEAVY INDUSTRIES E ORCA AI FAZEM PARCERIA PARA ACELERAR TECNOLOGIA DE EMBARCAÇÕES AUTÔNOMAS

**Da Redação Indústria naval 29/04/2026 - 16:51**



A Orca AI, empresa do setor de inteligência artificial marítima, anunciou que assinou memorando de entendimento com a construtora naval Samsung Heavy Industries (SHI) com objetivo de acelerar o desenvolvimento, a implementação e a expansão de tecnologias de embarcações autônomas de última geração em operações reais. A colaboração, informou a companhia, combinará as soluções autônomas do estaleiro com a plataforma de operações marítimas da Orca AI, para permitir a implementação em larga escala de navegação, atracação e otimização de velocidade assistidas por IA,

tanto em novas embarcações quanto em frotas existentes.

Como parte da parceria, a Orca AI integrará em sua plataforma as tecnologias avançadas de bordo da SHI, incluindo seu sistema de assistência à atracação Svision e sua solução de controle autônomo de velocidade, com otimização de RPM para eficiência de combustível. De acordo com a empresa, isso proporcionará novo nível de autonomia operacional em toda a presença global da Orca AI, que inclui mais de 1.200 embarcações já em operação e mais de 500 em construção.

Em paralelo, a SHI integrará a plataforma da Orca AI em suas novas embarcações equipadas com a solução Samsung Autonomous Ship (SAS). As equipes de P&D das empresas colaborarão para acelerar a expansão das capacidades autônomas, com foco em suporte à decisão em tempo real, navegação adaptativa e otimização contínua de desempenho, impulsionadas por dados operacionais em larga escala.

O SeaPod da Orca AI, assistente de vigilância baseado em Inteligência Artificial, usa essa tecnologia avançada e sua visão computacional para fornecer mais consciência situacional, permitindo que as equipes de ponte detectem, rastreiem e priorizem riscos de navegação em tempo real. O aplicativo FleetView da Orca AI, instalado em terra, estende essas capacidades às equipes de operações, oferecendo visibilidade completa do desempenho da embarcação, exposição a riscos e tendências operacionais em toda a frota.

A Orca AI ressaltou que a parceria possibilita a entrega de capacidades autônomas avançadas a sua crescente base de clientes, ao mesmo tempo em que expande sua presença global e acelera o desenvolvimento de modelos de IA de última geração por meio do acesso a dados operacionais em larga escala. Já a SHI avalia que a colaboração apoiará a comercialização mais ampla de seus sistemas Svision e SAS, impulsionará a adoção em diversos segmentos de embarcações e possibilitará o desenvolvimento de pacotes de soluções autônomas escaláveis e geradoras de receita.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 29/04/2026**

### WILSON SONS USA DRONES PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS A BARCOS DE APOIO

*Da Redação Offshore 29/04/2026 - 16:32*



A Wilson Sons anunciou, nesta quarta-feira (29), que passará a usar drones para entregar e coletar documentos em barcos de apoio a plataformas de petróleo e gás na Baía de Guanabara. De acordo com a empresa, a iniciativa está sendo realizada no Rio de Janeiro, em testes que começaram no último dia 6 de abril. Essa operação de drones será conduzida por meio da Agência Marítima da Wilson Sons, uma das unidades de negócio do grupo, com suporte de sua base de apoio offshore local, segue o projeto iniciado no ano passado no Porto de Salvador (BA).

A companhia informou que as operações foram autorizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e que o período de testes visa à prova de conceito e à verificação de viabilidade técnica. Explicou ainda que os veículos que serão usados são da empresa Speedbird Aero, especializada na operação de drones e com experiência de mais de mil voos no setor offshore em Singapura

A Wilson Sons explicou que os drones serão utilizados no transporte de objetos com até cinco quilos. O tempo médio estimado de deslocamento entre a base da empresa e as embarcações é de até nove minutos, em trajeto de aproximadamente oito quilômetros, proporcionando mais rapidez e segurança aos serviços.

“O uso de drones para entregas pela Wilson Sons é um marco no setor portuário e de logística, pois torna as operações ainda mais seguras e eficientes, contribuindo, por meio da inovação e da adoção de novas tecnologias, com a descarbonização da indústria de energia offshore e o desenvolvimento sustentável do Brasil”, destacou Rodrigo Lopes, gerente de operações da agência marítima.

O gerente-geral de operações das bases de apoio offshore da Wilson Sons, Eduardo Valverde, ressaltou que o início dos testes com drones indica uma tendência do segmento de energia no Brasil. Segundo Valverde, o uso dessa tecnologia aumenta a eficiência das operações offshore e contribui para metas de sustentabilidade e para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/04/2026*

### DRAGAGEM DO PORTO DE NATAL TEM INÍCIO COM PREVISÃO DE R\$ 60 MILHÕES DE INVESTIMENTOS

*Da Redação Portos e logística 29/04/2026 - 16:26*



As obras de dragagem no Porto de Natal (RN) foram iniciadas na última sexta-feira (24). A previsão é que sejam investidos R\$ 60 milhões, do Plano de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), para readequar o canal de acesso e ampliar para 12 metros o calado da bacia de evolução. O objetivo é, além de permitir a atracação de navios de maior porte, aumentar a segurança das operações portuárias.

O diretor-presidente da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Paulo Henrique Macedo, informou que o prazo previsto para o fim do serviço é de 120 dias. Ele explicou que a obra será feita em duas fases, a primeira compreendendo a dragagem de manutenção de quatro milhas náuticas, correspondentes a

7,2 quilômetros, do canal e a segunda, a readequação da bacia de evolução, a área de manobra das embarcações.

Além da dragagem, segundo a Codern, serão feitas intervenções para a melhoria e ampliação da estrutura do porto, incluindo as defensas de proteção dos pilares centrais da Ponte Newton Navarro e as do cais. Além disso, estão previstas a recuperação de armazéns, galpões e do sistema fotovoltaico.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 29/04/2026*

## ROYALTIES REFERENTES À PRODUÇÃO DE FEVEREIRO SOMAM R\$ 735 MILHÕES PARA CONTRATOS DE CONCESSÃO E CESSÃO ONEROSA

*Da Redação Offshore 28/04/2026 - 23:06*



Foram concluídas, nesta terça-feira (28), todas as etapas da operacionalização da distribuição de royalties pela ANP, relativos à produção de fevereiro de 2026, para os contratos de concessão e de cessão onerosa. O valor repassado diretamente aos estados foi de R\$ 735.047.254,56, enquanto os municípios receberam R\$ 909.651.733,93. Em termos de número de beneficiários, os repasses foram feitos a 947 municípios e 10 estados.

Além desses entes federativos, do total apurado pela agência reguladora, há parcelas de royalties que foram destinadas à União e ao Fundo Especial, de acordo com a legislação vigente. Com relação aos royalties dos contratos de partilha, relativos à produção de fevereiro de 2026, a ANP informou que os recursos estarão disponíveis aos beneficiários assim que todas as etapas operacionais necessárias estiverem concluídas.

A ANP é responsável por calcular, apurar e distribuir os royalties aos entes beneficiários (União, Estados e Municípios). Os royalties são distribuídos aos beneficiários segundo diversos critérios estabelecidos na Lei nº 7.990/1989 e Decreto nº 1/1991 (distribuição da parcela de 5% dos Royalties); e Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998 (distribuição da parcela acima de 5% dos Royalties).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 28/04/2026*

## GOVERNO BRASILEIRO PROMULGA ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-UE

*Da Redação Economia 28/04/2026 - 22:55*



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta terça-feira (28), no Palácio do Planalto, o decreto de promulgação do acordo de comércio entre União Europeia e Mercosul. A medida é o último ato para incorporar o tratado ao ordenamento jurídico brasileiro. O acordo provisório de comércio entre os dois blocos entrará em vigor nesta sexta-feira, 1º de maio. A promulgação ocorre após a aprovação do texto pelo Congresso Nacional. O tratado cria uma área de livre comércio entre 31 países, com cerca de 720 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto (PIB) de mais de US\$ 22 trilhões.

Lula lembrou o longo processo para conclusão do acordo, que demorou 25 anos. “Ele veio num momento muito importante, porque veio para reforçar a ideia consagrada do multilateralismo”, afirmou. O presidente também assinou duas mensagens que serão encaminhadas ao Congresso Nacional, sobre os acordos comerciais do Mercosul com Singapura e com os países da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). Ele também citou as negociações em andamento pelo bloco econômico.

“Estamos trabalhando em um acordo com o Canadá. Estamos trabalhando para trazer a Colômbia para o Mercosul, quem sabe amanhã a gente possa estender para outros países, porque as pessoas precisam aprender que não existe saída individual para nenhum país nesse mundo de comércio”, declarou Lula. O ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, destacou que o acordo é um marco histórico para os nossos blocos, que a partir de 1º de maio se unem em uma das maiores áreas de livre comércio bilaterais do planeta.

“O acordo significa o aprofundamento do relacionamento com o nosso segundo maior parceiro comercial e o maior investidor estrangeiro do Brasil. Com ele, temos o potencial de aumentar a diversificação de parcerias globais, aumentar nossas exportações e integrar o Brasil definitivamente às cadeias produtivas europeias”, afirmou. Vieira acrescentou que o Mercosul também vem negociando acordos com Emirados Árabes Unidos, Vietnã, Índia, Japão e a União Aduaneira da África Austral.

A partir do dia 1º de maio, a União Europeia elimina tarifas de importação para mais de 5 mil produtos, o que representa cerca de metade do universo tarifário. O governo estima que, ao longo da implementação, o acordo pode alcançar a liberalização de mais de 90% do comércio bilateral, ampliando o acesso das exportações brasileiras a um mercado de cerca de 450 milhões de consumidores.

De acordo com o governo brasileiro, a União Europeia eliminará tarifas para 92% das exportações do Mercosul, no valor aproximado de US\$ 61 bilhões. Além disso, concederá acesso preferencial para outros 7,5%, equivalente a US\$ 4,7 bilhões, beneficiando assim quase a totalidade das exportações do bloco para a UE.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 28/04/2026*

## ESTALEIROS ACOMPANHAM DE PERTO REGULAMENTAÇÃO DO RENAVAL

*Por Danilo Oliveira Indústria naval 28/04/2026 - 22:37*



Em evento no Rio de Janeiro (RJ), Sinaval defendeu ajustes no dispositivo para garantir competitividade da indústria naval, que está com a carteira de projetos aquecida. Expectativa é que MDIC publique portaria regulamentando o regime em maio

Representantes de estaleiros acompanham de perto o processo de regulamentação do Regime Tributário para Incentivo à Atividade Naval (Renaval), criado no contexto da Reforma Tributária (LC 214/2025). Para o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), esse dispositivo é fundamental para defesa da soberania da indústria e da cadeia de fornecedores nacionais, com a manutenção de benefícios que deem competitividade a partir da transição gradativa das regras de tributação a partir deste ano.

O vice-presidente jurídico e de governança do Sinaval, Anderson Fajardo, contou que, nesta semana, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) sinalizou que a regulamentação do regime deve ocorrer no mês que vem. O sindicato, uma das entidades que vêm apresentando contribuições ao governo federal, defende que a habilitação técnica do Renaval se dê com base em análises técnicas e objetivas, criando regras sólidas que afastem quaisquer influências de viés político ao longo das próximas décadas.

“Defendemos uma habilitação técnica, sem ‘politiquês’, que traga segurança e que dê um scoring real do estaleiro, entendendo quem está solicitando [o benefício]. (...) Estamos conversando [com o governo], convergindo em muitas coisas e estamos chegando muito perto de uma regulamentação do Renaval — bem provavelmente na primeira quinzena de maio”, afirmou Fajardo, nesta terça-feira (28), durante seminário sobre reforma tributária, promovido pelo Sinaval e pela Associação Brasileira das Empresas da Economia do Mar (Abeemar), no Ibmec, no Rio de Janeiro (RJ).

Na última segunda-feira (27), o comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) aprovou o regulamento do imposto, que junto com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), irá substituir gradualmente o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A previsão é que esse regulamento do IBS seja publicado até a próxima quinta-feira (30/04).

No seminário, Fajardo ressaltou que é um momento importante de mobilização, no qual é preciso proteger a indústria naval. Ele lembrou que, durante as discussões para a aprovação da Reforma Tributária no Congresso, houve um grande esforço do setor junto ao Senado para resgatar os benefícios que ficariam de fora após a aprovação inicial do texto na Câmara. De volta à casa, os deputados aprovaram a versão com o Renaval.

Além do Renaval, os estaleiros possuem na pauta pontos visando a melhoria da competitividade, que passam em discussões como da implementação de regimes de patrimônio de afetação, de drawback intermediário e da possibilidade de adoção de um 'Refis estadual', a exemplo do adotado para renegociar dívidas de estaleiros de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O Sinaval estima que somente o programa 'Mar Aberto' do Sistema Petrobras, que abrange petroleiros, gaseiros e barcos de apoio marítimo, prevê R\$ 23 bilhões em investimentos — volume que o setor não vivenciava desde 2007. O sindicato projeta que, até o final de 2026, o setor volte a ultrapassar a marca de 80.000 empregos, considerando as atividades nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/04/2026*

## **ACORDO VAI ISENTAR EM MAIS DE 80% TARIFAS DE PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL PARA BLOCO EUROPEU, DIZ CNI**

*Da Redação Economia 28/04/2026 - 18:31*



A entrada em vigor na próxima sexta-feira, 1º de maio, do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE), que envolve mais de 700 milhões de pessoas, vai zerar as tarifas de importação de mais de cinco mil produtos, equivalentes a mais de 80% das vendas do Brasil para o bloco europeu em 2025, segundo estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a entidade, alguns já são livres de alíquotas e outros 2.932, sendo 2,714 bens industriais, passarão a ter tarifa zero.

Na primeira fase de implementação, passa a valer a esfera comercial, que promove a redução de tarifas, compras governamentais e facilitação de comércio. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, avalia que o tratado representa oportunidade para o Brasil ampliar, de forma significativa, sua presença internacional, já que oferece acesso preferencial a um dos mercados mais estratégicos do mundo, além de previsibilidade regulatória.

De acordo com a CNI, hoje os países com os quais o Brasil mantém acordos comerciais respondem por 8,9% das importações mundiais e com a integração Mercosul-União Europeia o percentual pode chegar a 37,6%. Entre os produtos que terão redução estão alguns dos setores de máquinas e equipamentos, de alimentos, de metal, de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e de químicos.

Segundo dados divulgados pela Confederação, em 2025 a União Europeia importou 607,7 milhões de dólares do setor de máquinas e equipamentos brasileiro e, com a entrada em vigor do acordo, 95,8% desse volume entrarão imediatamente com tarifa zero no mercado europeu. Ao todo, estarão livres de tarifas de importação na União Europeia 802 produtos do setor, incluindo compressores, bombas para combustíveis, lubrificantes ou líquidos de arrefecimento e árvores de transmissão.

No setor de alimentos, ficam isentos 468 produtos, incluindo subprodutos, como animais não comestíveis, óleo de milho e extratos vegetais. No de Metalurgia, serão 494 itens, entre eles ferro-gusa, chumbo, barras de níquel e óxido de alumínio. A lista completa pode ser acessada no site do governo brasileiro nesta página na internet.

A CNI informou que ela, a Câmara de Indústrias do Uruguai (CIU), a União Industrial Argentina (UIA) e a União Industrial Paraguaia (UIP) vão criar, em parceria com a BusinessEurope, um comitê do setor privado para monitorar e apoiar a implementação do acordo. O objetivo é apoiar as empresas dos dois blocos econômicos na adaptação ao novo ambiente de negócios e na identificação de oportunidades.

O acordo terá implementação progressiva, com a redução escalonada de tarifas para produtos sensíveis ao longo de prazos que podem chegar a até 10 anos na União Europeia e 15 anos no Brasil, com exceção de veículos elétricos, híbridos e novas tecnologias, que possuem um prazo de até 30 anos. Além disso, será publicada portaria para regulamentar as cotas de importação que serão distribuídas entre os países do Mercosul, com critérios e volumes permitidos para cada um.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/04/2026*

## PROJETO DE TERMINAL DE CRUZEIROS DE ITAJAÍ É APRESENTADO NOS EUA

*Da Redação Portos e logística 28/04/2026 - 18:26*



O Instituto Mais Itajaí, organização sem fins lucrativos formada por 60 empresários catarinenses, apresentou, durante o SeaTrade Cruise Global, realizado este mês em Miami, no Estados Unidos, a proposta de instalação de um terminal para receber barcos de turismo em Itajaí (SC). O objetivo é atrair investidores internacionais para o empreendimento.

A entidade explicou que a participação na feira buscou apresentar o projeto a operadores, investidores e fornecedores internacionais para avançar na viabilização da estrutura, que visa fazer de Itajaí hub nacional de transatlânticos, lembrando que na temporada passada a cidade recebeu mais de 169 mil passageiros em 37 escalas. Além disso, explicou que já tem pronto o Masterplan, que custou em torno de R\$ 1 milhão, foi pago pelos empresários que formam o Instituto e doado ao município e ao governo federal, que ficarão responsáveis pela obra, avaliada em mais de R\$ 300 milhões.

De acordo com representantes do Instituto Mais Itajaí, no evento de Miami houve reuniões com empresas e entidades do setor de turismo marítimo, como a Royal Caribbean, a MSC Cruzeiros, a Costa Cruzeiros, a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia), a Global Ports Holding e a Embratur, além de fornecedores e operadores de infraestrutura portuária. Os encontros, explicou a entidade, serviram para mostrar o potencial de atração de Itajaí e as condições de operação na costa catarinense.

O presidente do Instituto Mais Itajaí, Fábio Inthurn, disse que a recepção ao projeto no evento, que reuniu mais de 12,5 mil pessoas e representantes de 125 países, reforça a viabilidade da proposta. Segundo ele, a apresentação do Masterplan a operadores e agentes do setor mostrou que Itajaí tem potencial para avançar no turismo de cruzeiros.

Inthurn afirmou que, se o projeto sair do papel, a cidade tem condições de se tornar um hub nacional, com relevância também no cenário internacional. “Agora, o desafio é manter a visão de longo prazo e garantir apoio institucional para transformar esse planejamento em infraestrutura”, explicou.

O projeto prevê receber os maiores navios de cruzeiros do mundo e ter estrutura com mais de 20 mil metros quadrados distribuídos em três pavimentos, com áreas para check-in, triagem e movimentação de bagagens, além de espaços destinados à experiência do passageiro, com salas de espera e áreas



VIP, bem como áreas administrativas, de comércio e restaurantes. O plano inclui ainda propostas de melhorias para o acesso ao terminal, obras de urbanização e de infraestrutura necessária à operação.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 28/04/2026

### **PORTO DE SÃO FRANCISCO REGISTROU LUCRO DE R\$ 15,3 MILHÕES EM 2025**

*Da Redação Portos e logística 28/04/2026 - 18:00*



A administração do Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, informou, nesta terça-feira (28), que registrou em 2025 lucro de R\$ 15,3 milhões. Segundo a autoridade portuária, foi o terceiro ano seguido com resultado positivo, tendo lucrado R\$ 26,5 milhões em 2024 e R\$ 29,7 milhões em 2023 e o total de R\$ 71,5 milhões no triênio.

A empresa explicou que no fim de 2025 registrava disponibilidade financeira de R\$ 91,3 milhões, 8% superior aos R\$ 84,5 milhões contabilizados em 2024. As informações

fazem parte das demonstrações contábeis e do relatório de administração apresentados pela diretoria da autoridade portuária ao Conselho de Administração do Porto (Consad), que recomendou a aprovação dos resultados.

Segundo a entidade, parte dos recursos está sendo aplicada em obras estruturantes, entre as quais duas faixas adicionais na BR-280, nas proximidades do porto, e a dragagem de aprofundamento do canal de acesso à Baía da Babitonga. Além disso, está sendo feita distribuição de lucros aos trabalhadores por meio do Programa de Participação nos Resultados (PPR), com valor igual para todos, de diretores aos profissionais com salários mais baixos.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 28/04/2026



### **MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPIING.COM](http://MERCOSHIPPIING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : *InforMS*

Data: 29/04/2026